

Banco Fator S.A.
Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS

31 de dezembro 2011 e 2010

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Administradores e acionistas do
Banco Fator S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fator S.A. e suas controladas (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Fator S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standard Board - IASB”.

São Paulo, 27 de abril de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC 1CE013803/O-8 “S” – SP

BANCO FATOR S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2011	2010
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	4	4.245	7.345
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		<u>678.662</u>	<u>790.902</u>
Instrumentos de dívida	9	514.820	557.607
Instrumentos de patrimônio	10	163.064	231.554
Derivativos	11	778	1.741
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO		<u>444.098</u>	<u>531.408</u>
Instrumentos de dívida	9	444.098	531.408
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		<u>477.373</u>	<u>1.045</u>
Instrumentos de dívida	9	476.301	-
Instrumentos de patrimônio	10	1.072	1.045
INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO		<u>-</u>	<u>423.348</u>
Instrumentos de dívida	9	-	423.348
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		<u>257.895</u>	<u>326.605</u>
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	5	91.759	124.870
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6	158.822	184.070
Outros empréstimos e recebíveis	7	7.314	17.665
PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS	12	344	-
ATIVO TANGÍVEL	13	2.235	10.341
ATIVO INTANGÍVEL	15	15.349	8.958
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		<u>58.490</u>	<u>46.930</u>
Correntes		21.468	27.737
Diferidos	24	37.022	19.193
OUTROS ATIVOS	16	<u>223.143</u>	<u>138.069</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.161.834</u></u>	<u><u>2.284.951</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2011	2010
PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		1.450	2.522
Derivativos	11	1.450	2.522
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO		1.377.773	1.598.251
Depósitos de instituições financeiras	17	844.711	911.011
Depósitos de clientes	18	395.904	484.055
Obrigações por títulos e valores mobiliários	19	115.271	182.546
Outros passivos financeiros	20	21.887	20.639
PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGURO	21	213.224	109.214
PROVISÕES		20.196	25.342
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	22	20.196	25.342
PASSIVOS FISCAIS		25.679	11.619
Correntes		7.900	9.358
Diferidos	24	17.779	2.261
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23	108.707	84.710
TOTAL DO PASSIVO		1.747.029	1.831.658
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	27	230.000	230.000
Reservas	27	182.678	222.958
Ajuste ao valor de mercado de TVM e derivativos		2.125	111
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		414.803	453.069
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	25	2	224
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.161.834	2.284.951

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído)

	Nota	2011	2010
Receitas com juros e similares	28	197.843	133.268
Despesas com juros e similares	29	(152.532)	(84.478)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		45.311	48.790
Receita de tarifas e comissões	30	108.263	119.368
Despesas de tarifas e comissões	30	(11.811)	(15.752)
Ganhos com ativos e passivos financeiros (líquidos)	31	2.762	245.552
Diferenças cambiais (líquidas)	32	(419)	(281)
Prêmios de seguros	33	112.481	49.990
Despesas de sinistros e movimentação dos passivos de seguros	34	(35.025)	(20.133)
Resultado com operações de resseguro		(41.462)	(12.234)
Outras receitas (despesas) operacionais	35	(18.592)	1.158
TOTAL DE RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		161.508	416.458
Despesas com pessoal	36	(99.293)	(77.378)
Outras despesas administrativas	37	(65.442)	(81.603)
Depreciação e amortização		(3.105)	(6.517)
Provisões (líquidas)		-	2.749
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (líquidos) - Empréstimos e recebíveis		646	(1.704)
Perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos (líquidos)		(705)	(2)
Resultado na alienação de ativos não circulantes destinados à venda	39	-	(600)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não circulantes destinados à venda	38	2.827	(667)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(3.564)	250.736
Impostos sobre a renda	24	(8.248)	(87.715)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		(11.812)	163.021
Lucro/Prejuízo atribuível à controladora		(11.780)	162.797
Lucro/Prejuízo atribuível às participações minoritárias		(32)	224
Lucro/Prejuízo básico e diluído por ações (em reais - R\$)			
Ações ordinárias		(4,96)	68,57
Ações preferenciais		(4,96)	68,57
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída			
Ações ordinárias		2.374.150	2.374.150
Ações preferenciais		2.374.150	2.374.150

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro/Prejuízo líquido consolidado do exercício	(11.812)	163.021
Outros resultados abrangentes receitas/despesas		
Investimentos financeiros disponíveis para venda	2.014	(133.024)
Valo justo ganhos	3.357	53
Imposto de renda	(1.343)	(21)
Transferência para o resultado do exercício	-	(133.056)
Total	<u>(9.798)</u>	<u>29.997</u>
Atribuível à controladora	(9.766)	29.773
Atribuível às participações minoritárias	(32)	224

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas				Resultado abrangente		Total atribuível ao controlador	Participação de acionistas Minoritários	Total	
	Capital Social	Reservas de Capital		Reservas de lucros		Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos				Lucros/ (Prejuízos) acumulados
		Atualização de títulos patrimoniais	Legal	Estatutária						
Saldo em 31 de dezembro de 2009	128.000	292	9.779	49.679	133.135	124.111	444.996	300	445.296	
Aumento de capital	102.000	-	-	-	-	(102.000)	-	-	-	
Transferência para o resultado	-	-	-	-	(133.056)	-	(133.056)	-	(133.056)	
Reserva atualização título patrimonial	-	(292)	-	-	-	292	-	-	-	
Ajuste ao valor justo de TVM	-	-	-	-	32	-	32	-	32	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	162.797	162.797	224	163.021	
Destinação do resultado:										
- Reserva legal	-	-	8.372	-	-	(8.372)	-	-	-	
- Reserva estatutária	-	-	-	155.128	-	(155.128)	-	-	-	
- Dividendos	-	-	-	-	-	(21.700)	(21.700)	-	(21.700)	
- Outros	-	-	-	-	-	-	-	(300)	(300)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	230.000	-	18.151	204.807	111	-	453.069	224	453.293	
Mutações do exercício	102.000	(292)	8.372	155.128	(133.024)	(124.111)	8.073	(76)	7.997	
	Capital Social	Reservas de Capital Atualização de títulos patrimoniais	Reservas de lucros		Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total atribuível ao controlador	Participação de acionistas Minoritários	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	230.000	-	18.151	204.807	111	-	453.069	224	453.293	
Ajuste ao valor justo de TVM	-	-	-	-	2.014	-	2.014	-	2.014	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(190)	(190)	
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(11.780)	(11.780)	(32)	(11.812)	
Destinação do resultado:										
- Dividendos	-	-	-	(28.500)	-	-	(28.500)	-	(28.500)	
- Reserva Estatutária	-	-	-	(11.780)	-	11.780	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	230.000	-	18.151	164.527	2.125	-	414.803	2	414.805	
Mutações do exercício	-	-	-	(40.280)	2.014	-	(38.266)	(222)	(38.488)	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.

BANCO FATOR S.A.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2011	2010
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(11.812)	163.021
Ajustes ao lucro		
Depreciação do ativo tangível	2.188	5.843
Amortização do ativo intangível	544	1.155
Mudanças nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	(3.654)	(18.096)
Constituição de provisões	(5.111)	(1.142)
Outros	(190)	(300)
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais	123.284	(1.139.716)
Ativos financeiros para negociação	112.239	(422.836)
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	87.310	(206.756)
Ativos mantidos até o vencimento	423.348	(423.348)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(472.971)	30.123
Empréstimos e recebíveis	55.607	(18.657)
Ativos não correntes para venda	-	1.900
Participação em coligadas	(344)	667
Outros ativos	(81.905)	(100.809)
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais	128.149	106.507
Passivos financeiros para negociação	(1.072)	136
Pagamentos de contingências	(36)	(316)
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	1.248	(21.140)
Passivos de seguros	104.010	75.828
Outras obrigações	23.999	51.999
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	233.398	(882.728)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo tangível	5.918	401
Ativo intangível	(6.936)	(2.157)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(1.018)	(1.756)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos de depósitos de instituições financeiras e de clientes	(221.727)	920.535
Dividendo pagos	(28.500)	(21.700)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	(250.227)	898.835
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(17.847)	14.351
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	22.158	7.807
Caixa e equivalentes de caixa em 31 dezembro	4.311	22.158

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO FATOR S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressas em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Fator S.A. (“Banco Fator” ou “Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, desenvolve suas operações de modo integrado através das carteiras comercial e de investimentos, e, através de empresas ligadas, atua também nos mercados de seguros, administração de fundos de terceiros (“asset management”) e corretagem de valores mobiliários. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro e de capitais.

O Banco Fator, controlado indiretamente pela Fator Empreendimentos e Participações S.A, é a instituição líder das companhias financeiras do Banco Fator e é uma sociedade anônima constituída e domiciliada no Brasil, à Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

Em ata de Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 1 de fevereiro de 2010, a administração da controlada FAR S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários deliberou sua incorporação pelo Banco Fator S.A. em 29 de janeiro de 2010. A incorporação da Distribuidora foi procedida mediante transferência ao Banco, pelos respectivos valores contábeis, da totalidade dos saldos que compõem o ativo, passivo e patrimônio líquido da Distribuidora.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 02 de agosto de 2011, foi deliberada a exclusão do objeto social as atividades relativas à prática de operações no Mercado de Câmbio, com o pedido de cancelamento junto ao Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram autorizadas para emissão conforme resolução da diretoria, em 27 de abril de 2012.

2. Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos: investimentos disponíveis para venda, instrumentos financeiros derivativos, outros ativos e passivos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, os quais foram todos mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$) e todos os valores são arredondados para (R\$) milhares, exceto quando indicado de outro modo.

a) Declaração de compliance

Conforme plano de convergência estabelecido pelo Banco Central do Brasil, através do Comunicado 14.259, de 10 de março de 2006, Resolução 3.786, de 24 de setembro de 2009 e Circular 3.472, de 23 de outubro de 2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar anualmente demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation).

O Banco Fator elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas

pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como as interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”.

b) Informações comparativas

Estas demonstrações financeiras consolidadas incluem dois anos de informações comparativas para o balanço patrimonial e para a demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa e respectivas notas explicativas, conforme requerido pelo “IFRS”.

c) Uso de estimativas e premissas

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das Demonstrações Financeiras. O Banco realiza estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dentro do próximo exercício fiscal. Todas as estimativas e assunções, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável, no momento de sua aplicação. As principais políticas contábeis e métodos de mensuração estão detalhados na nota nº 3.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, a provisão para contingências, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos. Estas estimativas, as quais foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Continuidade

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado, como segue:

- Método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps “vanilla” e operações a termo): os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (PU Anbima, DIs e DDIs Futuros etc).
- Modelo Black-Scholes de avaliação de instrumentos financeiros (principalmente operações de opções e swaps exóticos): determinadas informações observáveis de mercado, tais como a diferença entre a oferta de compra e a de venda (bid-offer spread), taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado são utilizadas como “inputs” para no modelo

Black-Scholes com o propósito de se apurar o valor justo dos instrumentos financeiros avaliados sob este modelo.

A metodologia utilizada para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros é descrita em detalhes na nota nº 3.

- Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros

O Banco reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (impairment) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração. Maiores detalhes são discutidos na nota nº 3.

- Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Nas datas-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior. Os critérios de cálculo para uma eventual redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e de ativos intangíveis são discutidos em detalhes nas notas nº 13, 14 e 15.

- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Conforme explicação na nota nº 25, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito.
- Mudanças nas taxas de juros.
- Mudanças nos índices de inflação
- Regulamentação governamental e questões fiscais.
- Processos ou disputas judiciais adversas.
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento.
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro.
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

Para atendimento aos requerimentos do IAS 12, o Banco compensa um imposto diferido ativo contra um imposto diferido passivo se, e apenas se, estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e houver um direito por força de lei de compensar os impostos correntes ativos contra os impostos correntes passivos.

d) Base de consolidação

i) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Fator compreendem as demonstrações financeiras do Banco Fator e de suas controladas, conforme demonstrado abaixo:

Empresa	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fator S.A. Corretora de Valores	100%	100%
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	99,99%	98,87%
Fator Seguradora S.A.	100%	100%
FTR S.A. Administradora de Cartões e Adquirência	-	100%

O Banco possuía 98,87% de participação na empresa FAR – Fator Administração de Recursos Ltda. até outubro de 2011. A partir de novembro de 2011, a participação passou para 99,99%.

Controladas são todas as entidades, cujas políticas financeiras e operacionais são conduzidas pela controladora.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido ao Banco Fator. O método de compra é utilizado para registrar a aquisição das controladas. O custo de uma aquisição é mensurado pelo valor justo da importância paga na data da transação, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis, as contingências e os passivos assumidos adquiridos são inicialmente mensurados ao seu valor justo na data da aquisição. Qualquer excesso do valor pago pela aquisição que ultrapassar o valor justo da participação sobre os ativos identificáveis, as contingências e os passivos adquiridos é registrado como ágio, e se o custo da aquisição for menor que o valor justo da participação, o deságio identificado é reconhecido diretamente na demonstração do resultado, no período de aquisição.

As entidades que são controladas pelo Banco Fator são consolidadas até a data em que a há perda de controle.

Todas as transações entre empresas do Banco Fator são eliminadas na consolidação.

ii) Participações em joint ventures (entidade sob controle conjunto)

Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades (“empreendedoras”) adquirem participações em entidades (“entidades sob controle conjunto”) ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais que afetem a joint venture dependem da decisão unânime das empreendedoras.

iii) Participações minoritárias

As participações minoritárias representam, diretamente ou indiretamente, a porção do resultado e do patrimônio líquido que não pertence ao Banco, e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e incluídas no patrimônio líquido do balanço consolidado, de forma destacada no patrimônio líquido da controladora. Qualquer prejuízo aplicável à participação minoritária, que seja excedente à esta, é atribuído ao patrimônio da controladora.

Aquisições de participações minoritárias são contabilizadas utilizando o método de extensão da entidade controladora, no qual a diferença entre o valor atribuído e o valor justo da parte adquirida do patrimônio líquido é reconhecida como o ágio.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e suas controladas e moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Diferenças Cambiais (Líquidas)” na demonstração consolidada do resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidos)” sem distingui-las de outras variações no valor justo.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

ii. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui (“regular way trades”): compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

iii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros:

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os derivativos não designados como instrumentos de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).
- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os ativos financeiros também são classificados nessa categoria como o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo em uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).

Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria (e em “Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado”) estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e recebíveis” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto.

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de “ajuste ao valor justo” no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizados, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.
- Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

v. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- “Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”: saldos de caixa, depósitos a vista no Brasil e no exterior e saldos credores à vista referentes a depósitos no Banco Central do Brasil.

- “Empréstimos e adiantamentos”: incluem os empréstimos concedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos, saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, créditos de taxas e comissões, depósitos efetuados por determinação judicial e outras contas a receber.
- “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras”: créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- “Empréstimos e adiantamentos a clientes”: inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos.
- “Instrumentos de dívida”: bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- “Outros Ativos”: referem-se basicamente a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como “Instituições Financeiras” ou “Clientes”.
- “Derivativos”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).

vi. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos com o propósito de geração de resultado no curto prazo, derivativos não designados como instrumentos de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting), e os passivos financeiros resultantes de venda direta de instrumentos de capital de propriedade de terceiros mediante compromisso de recompra (posições vendidas “short”).
- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os passivos financeiros híbridos não classificados como “para negociação” e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os passivos financeiros também são classificados nessa categoria como o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo em uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelas instituições financeiras.

vii. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira consolidada:

- “Depósitos de instituições financeiras”: depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.

- “Depósitos de clientes”: inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do banco junto aos seus clientes.
- “Obrigações por títulos e valores mobiliários”: inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- “Obrigações por empréstimos no exterior”: inclui a captação de recursos junto a banqueiros no exterior.
- “Outros passivos financeiros”: são registradas nesta rubrica as oscilações das moedas estrangeiras utilizadas na conversão das operações de “câmbio” pronto para moeda funcional da entidade não liquidas até a data de encerramento do exercício.
- “Derivativos”: inclui o valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis, e instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e derivativos que tenham como objeto instrumentos de patrimônio com estas características.

Todos os derivativos são reconhecidos na demonstração de posição financeira ao valor justo desde a data de fechamento da operação. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” da demonstração consolidada de resultado abrangente. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e os derivativos financeiros que tenham de forma subjacente instrumentos de patrimônio com estas características e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações financeiras.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data

da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

Em milhares de Reais

	2011		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	379.678	298.984	678.662
Outros ativos financeiros a valor justo no resultado	444.098	-	444.098
Ativos financeiros disponíveis para venda	477.373	-	477.373
Passivos financeiros para negociação	1.450	-	1.450

Em milhares de Reais

	2010		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	391.443	399.459	790.902
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	531.408	-	531.408
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.045	-	1.045
Investimentos mantidos até o vencimento	423.348	-	423.348
Passivo financeiro para negociação	2.522	-	2.522

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem ações de empresas listadas, posições vendidas e Futuros.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do valor justo de seus instrumentos financeiros. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive à extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

O Banco não apresentava em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que não utilizem substancialmente dados de mercado observáveis (Nível 3).

A seguir, os instrumentos financeiros apresentados ao valor justo cuja mensuração foi baseada em modelos internos baseados substancialmente em dados observáveis de mercado (Nível 2) em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

31 de dezembro de 2011

Em milhares de Reais

	Valores justos calculados utilizando	Técnicas de avaliação	Principais premissas
	modelos internos		
ATIVO:			
Ativos financeiros para negociação			
Instrumentos de dívida e Instr. de patrimônio:			
Ativos privados			
Debêntures	92.349	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis
CRI	109.684	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis
CDB	96.951	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis

31 de dezembro de 2010

Em milhares de Reais

	Valores justos calculados utilizando	Técnicas de avaliação	Principais premissas
	modelos internos		
ATIVO:			
Ativos financeiros para negociação			
Instrumentos de dívida e Instr. de patrimônio:			
Títulos privados			
Debêntures	213.449	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis
CRI	124.577	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis
CDB	61.433	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o Banco atua estão operando de forma eficiente e conseqüentemente, esses dados são representativos.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como “para negociação” são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

v. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final dos exercícios:

31.12.2011

Em milhares de Reais

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	91.759	91.759
Empréstimos e adiantamento a clientes	158.822	158.822
Outros empréstimos e recebíveis	7.314	7.314
	<u>257.895</u>	<u>257.895</u>

31.12.2010

Em milhares de Reais

Ativo	Valor contábil	Valor justo
Investimentos mantidos até o vencimento		
Instrumentos de dívida	423.348	420.276
	423.348	420.276
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	124.870	125.119
Empréstimos e adiantamento a clientes	184.070	184.070
Outros empréstimos e recebíveis	17.665	17.665
	<u>326.605</u>	<u>326.854</u>

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final dos exercícios:

31.12.2011

Em milhares de Reais

Passivo	Valor contábil	Valor justo
Passivo financeiro ao custo amortizado:		
Depósitos de instituições financeiras e demais clientes	1.240.615	1.241.197
Obrigações por títulos e valores mobiliários	115.271	115.271
Outros passivos financeiros	21.887	21.887
	<u>1.377.773</u>	<u>1.378.355</u>

31.12.2010

Em milhares de Reais

Passivo	Valor contábil	Valor justo
Passivo financeiro ao custo amortizado:		
Depósitos de instituições financeiras e demais clientes	1.395.066	1.396.009
Obrigações por títulos e valores mobiliários	182.546	182.546
Outros passivos financeiros	20.639	21.690
	<u>1.598.251</u>	<u>1.600.245</u>

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras / Depósitos de instituições financeiras: incluem os depósitos interfinanceiros e operações compromissadas de curto prazo que serão liquidadas nos prazos usuais de mercado (over night). O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima do seu valor justo.

- Empréstimos e adiantamentos a clientes: incluem saldos a liquidar pelos clientes decorrentes de operações em bolsas de valores. Tendo em vista os prazos de mercado para referidas liquidações, o valor justo e o valor contábil estão substancialmente próximos.

- Depósitos de clientes: o valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

- Obrigações por títulos e valores mobiliários: referidas operações possuem taxa flutuante substancialmente próxima de mercado ou estão substancialmente próximas de seus vencimentos.

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- o Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como “para negociação” são reconhecidas quando há evidência objetiva de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

i. Ativos Financeiros avaliados individualmente

A cada data do balanço patrimonial, o Banco avalia se há alguma evidência objetiva de deterioração dos ativos. Este procedimento é aplicado a todos os ativos financeiros considerados individualmente significativos.

A evidência objetiva de deterioração existe se um ou mais dos seguintes eventos ocorreu:

- o devedor está passando por dificuldades financeiras;
- ocorrência de quebra contratual, ou inadimplência no pagamento de juros ou do principal;
- o Banco faz concessões à contraparte, por razões relativas à dificuldade financeira do mesmo, que são condições mais favoráveis se comparadas aquelas que o Banco negociaria em situações normais;
- alta probabilidade de que a contraparte entre em falência ou sofra reorganização societária; e
- evidência de deterioração no valor da garantia atrelada ao ativo.

As perdas em decorrência de redução ao valor recuperável são calculadas através do desconto do fluxo de caixa esperado do ativo utilizando sua taxa de juros efetiva original e por meio da comparação do valor presente resultante com o valor contábil atual do ativo, sendo esta diferença lançada imediatamente no resultado contábil do exercício. O valor contábil do ativo deteriorado no balanço patrimonial é reduzido através do uso de uma conta de provisão.

Se o valor da perda mensurada para um ativo deteriorado diminui num período subsequente e esta diminuição pode ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da redução do valor recuperável, o excesso é reconhecido através da redução da conta de provisão do ativo. A reversão é reconhecida em contrapartida ao resultado contábil do exercício.

Ativos financeiros (e a respectiva conta de provisão para deterioração) são normalmente baixados, mesmo que parcialmente ou no total, quando não há expectativa de recuperação destes valores.

ii. Ativos avaliados coletivamente

Os ativos financeiros avaliados coletivamente são divididos em dois grupos: provisões para ativos em atraso que estão abaixo do limiar da avaliação individual (provisões para deterioração coletiva) e perdas em ativos que foram incorridas, mas que não foram identificadas separadamente na data do balanço patrimonial (provisões latentes). Ativos financeiros avaliados individualmente que não possuam evidência de perda identificada e que não estão em atraso são agrupados de acordo com suas características de risco de crédito com o propósito de se calcular uma perda coletiva estimada. Isto reflete as perdas por deterioração incorridas na data do balanço patrimonial que só serão identificadas individualmente no futuro.

A provisão para deterioração coletiva é determinada levando-se em conta:

- a experiência histórica de perda em portfólios com características similares de risco de crédito;
- o período estimado entre a ocorrência da deterioração e a perda que está sendo identificada; e
- o julgamento da administração sobre a influência das condições econômicas e de crédito nos atuais níveis de perda registrados e verificação quanto à necessidade de incremento ou redução da provisão calculada com base na experiência histórica de perda.

g) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica “Saldo no Banco Central do Brasil” ou “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” (“Depósitos do Banco Central do Brasil” ou “Depósitos de instituições financeiras”).

h) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco Fator classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam aos critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

i) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e benfeitorias em imóveis de terceiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de “despesas administrativas”.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados, e 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser re-estimada).

j) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Banco o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subseqüentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos. Esses gastos são amortizados pelo prazo de licenças desses softwares.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis (vide nota nº 2 i).

k) Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.
- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso não seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle das entidades consolidadas. Ativos contingentes não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

l) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros

As receitas de despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

ii. Receita de dividendos

Os dividendos recebidos de investimentos não considerados como sociedades coligadas ou controladas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los for originado para as entidades consolidadas (deliberação do Conselho de Administração)

iii. Comissões e itens similares

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado abrangente utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas no resultado quando pagas;
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;
- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros cuja ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou custos fluirão para a entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

m) Garantias financeiras

O Banco Fator emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, os valores de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente, caso estes não tenham sido liquidados no início do contrato.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

n) Ativos fiduciários e fundos de investimento administrados pelo Banco

As entidades consolidadas oferecem serviços fiduciários que resultam em custódia ou investimento de ativos em nome dos seus clientes. Ativos mantidos em capacidade fiduciária não são registrados nas demonstrações financeiras, já que estes não são ativos que pertencem às entidades consolidadas, porém os valores totais desses ativos são divulgados através de nota explicativa (vide nota nº 45 – Outras divulgações – títulos e valores mobiliários sob custódia).

Também por serem propriedades de terceiros, os fundos de investimento administrados pelo Banco não são apresentados nas demonstrações financeiras, sendo os valores de seus patrimônios líquidos divulgados na nota nº 45 – Outras divulgações – Recursos administrados não registrados no balanço.

o) Imposto de renda

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% e contribuição social de 15%.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do Banco, conforme demonstrada na nota nº 25 – Passivos fiscais está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários é de três anos. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporariamente indedutíveis, compostas por provisão para créditos de liquidação duvidosa e marcação a mercado.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

p) Contratos de seguros

O Banco Fator emite contratos a clientes contendo riscos de seguro. Contratos de seguro celebram um acordo pelo qual a seguradora aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o segurado no caso da ocorrência de um evento futuro e incerto, previsto no contrato.

Contratos de seguros são contabilizados conforme abaixo:

Prêmios

Prêmios de seguro são reportados como receita durante o prazo dos contratos de seguro, baseados na proporção dos riscos suportados durante o período da operação. O prêmio não ganho (na proporção do negócio contratado) é calculado mensalmente em base pro-rata.

Os prêmios de resseguro são contabilizados no mesmo período dos contratos de seguros a que eles estão diretamente relacionados.

Os custos de originação relacionados com a emissão de novos contratos de seguros ou pela renovação são diferidos e amortizados durante o prazo de vigência destes.

Sinistros e recuperações de resseguros

Sinistros de seguro bruto incluem sinistros pagos e movimentações em passivos de sinistros não liquidados.

Sinistros de seguro brutos refletem o custo total dos sinistros avisados durante o ano, custos de regulação e sinistros ocorridos, mas ainda não avisados. Sinistros registrados durante o ano incluem os avisados e indenizados.

Os avisos dos sinistros são reconhecidos quando o pagamento é devido. Recuperações de resseguros são contabilizadas no mesmo período do referido aviso.

Avisos de contratos de seguros

Passivos de sinistros vigentes para contratos de seguro são baseados na importância segurada. Passivos de sinistros ocorridos, mas não avisados são registrados em base estimada, utilizando técnicas estatísticas apropriadas.

Um teste de adequação de passivo é executado para avaliar se o valor contábil de um passivo de seguro precisa ser aumentado, baseado em uma análise dos fluxos de caixas futuros. Ao realizar o teste de adequação do passivo, todos os fluxos de caixa contratuais são descontados e comparados com o valor contábil do passivo.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, registra-se, imediatamente, uma provisão complementar àquelas já registradas na data do teste, em contrapartida ao resultado do período, primeiramente reduzindo-se ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

q) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.

- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

Composição de caixa e equivalentes de caixa

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	1.911	6.655
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<u>2.400</u>	<u>15.503</u>
	4.311	22.158

r) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 introduzirá novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros, espera-se que esta norma afete a contabilização de instrumentos financeiros do Banco. O IFRS 9 substituirá o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”.

A norma citada acima têm efetividade após 1 de janeiro de 2015 com possibilidade de antecipação permitida.

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

Introduz um modelo de consolidação único para todas as entidades com base em controle, independentemente da natureza da investida. Esta norma substitui a orientação de consolidação no IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (2008) e SIC-12 Consolidação - Entidades de Propósitos Específicos. De acordo com o IFRS 10 o controle é baseado na avaliação se um investidor possui:

- i) Poder sobre a investida;
- ii) Exposição, ou direitos, para retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e
- iii) Capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

A norma citada acima não é efetiva até 1º de janeiro de 2013

- IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos

A base do IFRS 11 é que as partes de um acordo de empreendimento conjunto devem determinar o tipo de empreendimento comum em questão, com base na avaliação dos direitos e obrigações e, as contabilizando de acordo com o tipo de empreendimento conjunto. Esta norma substitui o IAS 31 - Participações em Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures). Existem dois tipos de empreendimentos conjuntos:

- Operações conjuntas (Joint operations): As partes reconhecem seus ativos, passivos e as correspondentes receitas e despesas.

- Empreendimento conjunto (Joint venture): As partes reconhecem seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

A norma citada acima não é efetiva até 1º de janeiro de 2013

- IFRS 12 - Divulgações de Envolvimento com Outras Entidades

O objetivo da IFRS 12 é permitir que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar a base de controle, as restrições sobre os ativos e passivos consolidados, a exposição a riscos decorrentes de envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas e o envolvimento de não controladores nas atividades de entidades consolidadas.

A norma citada acima não é efetiva até 1º de janeiro de 2013

- IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

O IFRS 13 orienta sobre como determinar o valor justo e exige divulgações sobre sua mensuração. Esta norma foi emitida pelo IASB com o intuito de definir e orientar a mensuração do valor justo em um único padrão. O IFRS 13 não altera os requisitos em relação aos itens que devem ser mensurados ou divulgados pelo valor justo.

A norma citada acima não é efetiva até 1º de janeiro de 2013

- Alterações ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Foi emitida em outubro de 2010 uma alteração neste pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos (riscos remanescentes) e de transferências próximas da data do exercício.

A alteração citada acima tem efetividade após 1º julho de 2011.

Adicionalmente foi emitida em dezembro de 2011, nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de “offsetting”.

A alteração citada acima tem efetividade após 1º de janeiro de 2013.

- Alterações ao IAS 1 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

Em projeto conjunto com o Financial Accounting Standards Board (FASB) o IASB emitiu algumas alterações no IAS 1, que fornece orientações sobre a apresentação dos itens contidos na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) e sua reclassificação.

A norma citada acima têm efetividade após 1 de julho de 2012 com possibilidade de antecipação permitida.

- Alterações ao IAS 19 - Benefícios aos Empregados (2011)

O IASB sugeriu alterações à contabilização dos planos de benefícios definidos que exige o reconhecimento de mudanças na obrigação de benefícios definidos e nos ativos do plano, elimina-se o método do corredor e acelera-se o reconhecimento dos custos dos serviços incorridos no momento que essas mudanças entrarem em vigor. A alteração também define mudanças nas obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano, e propõe a desagregação em três componentes: juros líquidos sobre o passivo líquido de benefícios definidos (ativos), os custos do serviço e novas medições do líquido dos benefícios definidos (ativos). O cálculo pode ser inferior à taxa atualmente utilizada para calcular o retorno esperado sobre os ativos do plano, resultando assim em um lucro líquido reduzido. Aplicação retrospectiva é exigida, com certas exceções.

As normas citadas acima têm efetividade após 1 de janeiro de 2013

- Alteração ao IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação

Para esclarecer os requerimentos de “offsetting” de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, foi emitida uma alteração no IAS 32.

A alteração citada acima tem efetividade após 1º de janeiro de 2014.

s) **Reclassificações contábeis e ajustes de exercícios anteriores**

Resultado Operacional		2010		
		Divulgação anterior	Ajustes reclassificações	Saldos reclassificados
Ativo				
Ativo intangível	ii.	5.762	3.196	8.958
Passivos				
Passivos fiscais diferidos	ii.	983	1.278	2.261
Resultado				
Outras receitas (despesas) operacionais	i. e ii.	6.408	(5.250)	1.158
Impostos sobre a renda	ii.	(86.438)	(1.277)	(87.715)
Prêmios de seguros	i.	31.397	18.593	49.990
Receitas (despesas) de sinistros	i.	(22.219)	2.086	(20.133)
Resultado com resseguro	i.	-	(12.234)	(12.234)

i. **Reclassificações contábeis**

Em 29 de abril de 2011, a SUSEP emitiu a Circular nº 424, a qual institui o novo plano de contas para as sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades de previdência complementar com vigência a partir de janeiro de 2011. Em atendimento, foram efetuados ajustes nos saldos contábeis de 2010 da Fator Seguradora S.A cujos efeitos estão demonstrados acima.

ii. **Ajustes de exercícios anteriores**

Em 2009, o Banco Fator registrou em seu balanço preparado de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BRGAAP) ágios no valor total de R\$ 3.196 provenientes de aquisições adicionais de participação na Fator Seguradora e baseados em expectativas de geração de resultados futuros dessa empresa.

Nos registros contábeis locais, esses ágios foram totalmente amortizados durante o exercício de 2010 em função dos resultados positivos da Fator Seguradora terem sido alcançados mais rapidamente do que as estimativas utilizadas para suportar os ágios.

Nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS) de 31 de dezembro de 2010, adotou-se o mesmo critério utilizado nas demonstrações financeiras em BRGAAP. Porém, em uma análise posterior à divulgação das demonstrações financeiras em IFRS, identificou-se que o tratamento correto é a manutenção dos ágios pelos seus valores originais, devendo ser testados por recuperabilidade.

Assim, de acordo com os requerimentos do IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros, alguns valores comparativos do exercício findo em 2010 foram ajustados para refletir a prática contábil internacional adequada. Os efeitos estão demonstrados acima.

4. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa	16	16
Depósito no exterior em moeda estrangeira	-	2.265
Depósitos junto ao Banco Central do Brasil	4.229	5.053
Outros	-	11
	<u>4.245</u>	<u>7.345</u>

Depósitos junto ao Banco Central do Brasil representam reservas livres em espécie e estão disponíveis para o uso do Banco Fator em suas operações diárias.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Moeda:		
Real	4.245	5.080
Dólar norte-americano	-	1.874
Euro	-	391
	<u>4.245</u>	<u>7.345</u>

5. Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	91.759	124.911
Provisão para perdas por não-recuperação ("impairment") - Nota 8	-	(41)
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquidos	<u>91.759</u>	<u>124.870</u>

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Tipo:		
Operações compromissadas	5.748	15.503
Operações de crédito	-	8.178
Depósitos judiciais	32.370	35.633
Negociação e intermediação de valores	53.641	65.597
	<u>91.759</u>	<u>124.911</u>

A movimentação da provisão para empréstimos e adiantamentos é apresentada na nota 8.

A nota 46 vii – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e adiantamentos.

6. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica “empréstimos e adiantamentos a clientes” é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	161.016	186.659
Provisão para perdas por não-recuperação ("impairment")- Nota 8	<u>(2.194)</u>	<u>(2.590)</u>
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	<u><u>158.822</u></u>	<u><u>184.070</u></u>

A nota 46 vii – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e adiantamentos e das taxas de juros médias correspondentes.

Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhes

Apresentamos a seguir a composição dos empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo de crédito, setor devedor e tipo de taxa de juros.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Tipo de crédito:		
Empréstimo	157.140	149.303
Conta garantida	1.682	2.914
Adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC)	-	19.300
Outros créditos	<u>-</u>	<u>15.142</u>
Total	<u><u>158.822</u></u>	<u><u>186.659</u></u>

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Setor devedor:		
Comercial e industrial	141.862	155.748
Empréstimos a pessoas físicas	<u>16.960</u>	<u>30.911</u>
Total	<u><u>158.822</u></u>	<u><u>186.659</u></u>

c) Ativos não-recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis – empréstimos e adiantamentos a clientes” e considerados como não recuperáveis devido ao risco de crédito são os seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo no início do exercício	1.475	-
Adições líquidas	<u>126</u>	<u>1.475</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>1.601</u></u>	<u><u>1.475</u></u>

Esse valor, após a dedução das provisões correspondentes, representa a melhor estimativa do Banco do valor justo dos ativos não recuperáveis.

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis – empréstimos e adiantamentos a clientes” e considerados como não recuperáveis devido ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e classificados por tempo do valor vencido mais antigo:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Com saldos vencidos de:		
18 a 24 meses	<u>1.601</u>	<u>1.475</u>
Total	<u><u>1.601</u></u>	<u><u>1.475</u></u>

7. Outros empréstimos e recebíveis

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Classificação:		
Rendas a receber	4.922	7.853
Intermediação de operações de swap de clientes	1.349	1.528
Comissões a receber	272	579
Liquidações pendentes junto a instituições de mercado	-	7.705
Diversos	<u>771</u>	<u>-</u>
	<u><u>7.314</u></u>	<u><u>17.665</u></u>

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Moeda:		
Real	7.314	17.169
Dólar norte-americano	<u>-</u>	<u>496</u>
	<u><u>7.314</u></u>	<u><u>17.665</u></u>

A nota 46 vii – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e adiantamentos e das taxas de juros médios correspondentes.

8. Movimentação da provisão para empréstimos e adiantamentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a provisão para empréstimos e adiantamentos (clientes e instituições financeiras) apresentou as seguintes movimentações:

Composição	2011	2010
Provisão para empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras - (nota 5)	-	41
Provisão para empréstimos e adiantamentos a clientes - (nota 6)	2.194	2.590
	<u>2.194</u>	<u>2.631</u>

PDD por classe de ativos	2011	2010
Empréstimos	1.868	2.216
Cheque especial e conta garantida	326	277
Adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC)	-	41
Aquisição de créditos	-	97
	<u>2.194</u>	<u>2.631</u>

	2011	2010
Saldo inicial	2.631	944
Complemento de provisão:	494	1850
Reversão de provisão:	(931)	(163)
Saldo final	<u>2.194</u>	<u>2.631</u>

Movimentação da PDD por classe de ativos

Empréstimos	2011	2010
Saldo inicial	2.216	629
Constituição/Reversão Líquida:	(348)	1.587
Saldo final	<u>1.868</u>	<u>2.216</u>

Cheque especial e conta garantida	2011	2010
Saldo inicial	277	176
Constituição/Reversão Líquida:	49	101
Saldo final	<u>326</u>	<u>277</u>

Adiantamento sobre contrato de câmbio (ACC)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo inicial	41	131
Constituição/Reversão Líquida:	<u>(41)</u>	<u>(90)</u>
Saldo final	<u><u>-</u></u>	<u><u>41</u></u>

Aquisição de créditos

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo inicial	97	10
Constituição/Reversão Líquida:	<u>(97)</u>	<u>87</u>
Saldo final	<u><u>-</u></u>	<u><u>97</u></u>

9. Instrumentos de dívida

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	514.820	557.607
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	444.098	531.408
Ativos financeiros disponíveis para venda	476.301	-
Investimentos mantidos até o vencimento	-	423.348
	<u>1.435.219</u>	<u>1.512.363</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Tipo:		
Títulos do governo brasileiro	1.074.010	1.089.041
Outros títulos de dívida	<u>361.209</u>	<u>423.322</u>
	<u>1.435.219</u>	<u>1.512.363</u>

Em 31 de dezembro de 2011, títulos de dívida totalizando R\$ 116.337 (2010 – R\$ 60.869) foram utilizados para garantir operações com derivativos da Bolsa de Mercadorias & Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBovespa e R\$ 122.876 (2010 – R\$ 42.912) para outras garantias.

Em 2011, o Banco Fator, visando o aumento de liquidez preventiva, decidiu reclassificar uma posição de aplicações em Letras do Tesouro Nacional da categoria “mantidos até o vencimento” para a categoria “disponível para venda”. De acordo com o IAS 39, parágrafo 51, a reclassificação de ativos financeiros classificados como “mantidos até o vencimento” pode ser realizada apenas para a categoria “disponível para venda”. Em função dessa reclassificação e de acordo com o IAS 39, parágrafo 9, o Banco Fator não poderá classificar nenhum ativo financeiro como mantido até o vencimento durante os próximos dois exercícios.

10. Instrumentos de patrimônio

a) Composição

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	163.064	231.554
Ativos financeiros disponíveis para venda	<u>1.072</u>	<u>1.045</u>
	<u><u>164.136</u></u>	<u><u>232.599</u></u>

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Tipo:		
Ações de empresas nacionais	1.349	1.163
Cotas de fundos de investimento	<u>162.787</u>	<u>231.436</u>
	<u><u>164.136</u></u>	<u><u>232.599</u></u>

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio – ativos financeiros para negociação” foram as seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo inicial	231.554	141.870
Adições (alienações) líquidas	(77.948)	157.485
Ajustes decorrentes de avaliação	<u>9.458</u>	<u>(67.801)</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>163.064</u></u>	<u><u>231.554</u></u>

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio – ativos financeiros disponíveis para venda” foram as seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo inicial	1.045	247.823
Adições (alienações) líquidas	-	(284.564)
Ajustes decorrentes de avaliação	<u>27</u>	<u>37.786</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>1.072</u></u>	<u><u>1.045</u></u>

11. Derivativos para negociação (ativo e passivo)

A composição, por tipo de risco inerente, do valor justo dos derivativos para negociação é a seguinte:

	2011		2010	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Risco de taxa de juros	-	-	30	-
Risco de moedas estrangeiras	-	(4)	22	(516)
Risco de preços	778	(1.446)	1689	(2.006)
	<u>778</u>	<u>(1.450)</u>	<u>1.741</u>	<u>(2.522)</u>

A nota 45 – Outras divulgações – valores de referência e valores justos de derivativos contém detalhes sobre os valores referenciais e valores justos das operações de derivativos.

12. Participações em coligadas

a) Composição

	Participação em %		Investimentos		Resultado de equivalência	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Brasil Agrosec Companhia Securizadora ⁽¹⁾	23,75%	-	344	-	(168)	-
Total			<u>344</u>	<u>-</u>	<u>(168)</u>	<u>-</u>

⁽¹⁾ O Banco Fator detém 23,75% de participação societária da Brasil Agrosec Companhia Securizadora, mas não possui o controle, seja através de direito de veto ou outros itens de acordo de acionistas, portanto não existe a obrigatoriedade de consolidação.

b) Variações

As variações no saldo da rubrica “participações em coligadas” foram as seguintes:

	2011	2010
Saldo no início do exercício	-	667
Aquisição (1)	512	-
Resultado por equivalência	(168)	-
Baixa por alienação (2)	-	(667)
Saldo no final do exercício	<u>344</u>	<u>-</u>

(1) Em 16/09/2011, o Banco Fator passou a deter participação de 23,07% e a partir de 30/12/2011 23,75% no capital social da Brasil Agrosec Companhia Securizadora. O controle sobre a administração da entidade é compartilhado com os demais cotistas.

- (2) Em 28 de dezembro de 2010, o Banco Fator vendeu sua participação de 50% na UBR Sociedade Administradora de Cartões de Crédito S.A. para a Fator Holding Financeira S.A. Essa operação gerou ao Banco Fator um prejuízo de R\$ 667, registrado na rubrica "Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não circulantes destinados à venda" da demonstração do resultado.

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação em relação a investimentos em coligadas em 2011 e 2010.

d) Outras divulgações

A seguir, um resumo das informações financeiras da coligada (Agrosec)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Total do ativo	1.562	-
Total do passivo	70	-
Total do PL	1.492	-
Total das receitas	428	-
Resultado líquido	604	-

13. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

a) Composição

Os detalhes, por categoria, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Perda por não-recuperação</u>	<u>Saldo líquido</u>
Terrenos e edificações	1.915	(1.792)	-	123
Sistemas de processamento de dados	16.563	(18.613)	-	(2.050)
Móveis e equipamentos de uso e veículos	3.813	(1.848)	-	1.965
Benfeitorias em andamento	4.385	(3.266)	-	1.119
Outros	1.078	-	-	1.078
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>27.754</u>	<u>(25.519)</u>	<u>-</u>	<u>2.235</u>

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Perda por não-recuperação</u>	<u>Saldo líquido</u>
Terrenos e edificações	3.565	(1.889)	-	1.676
Sistemas de processamento de dados	17.901	(16.564)	-	1.337
Móveis e equipamentos de uso e veículos	3.694	(1.645)	-	2.049
Benfeitorias em andamento	7.434	(3.233)	-	4.201
Outros	1.078	-	-	1.078
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>33.672</u>	<u>(23.331)</u>	<u>-</u>	<u>10.341</u>

b) Variações

As variações na rubrica “ativo tangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custo:		
Saldos no início do exercício	33.672	34.073
Adições (baixas) líquidas	<u>(5.918)</u>	<u>(401)</u>
Saldos no final do exercício	<u>27.754</u>	<u>33.672</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(23.331)	(17.488)
Baixas/ Depreciação líquida	<u>(2.188)</u>	<u>(5.843)</u>
Saldos no final do exercício	<u>(25.519)</u>	<u>(23.331)</u>

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “depreciação e amortização”, na demonstração do resultado.

14. Ativo intangível – Ágio / Deságio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

Para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve à probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada nenhuma perda do valor recuperável do ágio em 2011 e em 2010.

A composição do ágio é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fator Seguradora S.A.	3.196	3.196
	<u>3.196</u>	<u>3.196</u>

A movimentação do ágio nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 está apresentada abaixo:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo no início do exercício	3.196	2.462
Aquisições:		
Fator Seguradora S.A.	-	900
Realização do ágio (1)	-	(166)
Saldo no final do exercício	<u>3.196</u>	<u>3.196</u>

(1) A realização do ágio da UBR Sociedade Administradora de Cartões de Crédito S.A. é decorrente da venda da participação do Banco Fator S.A para a Fator Empreendimentos Ltda. em 28 de dezembro de 2010.

15. Ativo intangível – outros ativos intangíveis

A composição do saldo da rubrica “outros ativos intangíveis” é a seguinte:

	<u>Vida útil estimada</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Com vida útil definida:			
Desenvolvimentos de Tecnologia de Informação	4 anos	10.279	10.296
Outros ativos	4 anos	10.774	3.822
Amortização acumulada		<u>(8.900)</u>	<u>(8.356)</u>
Saldos no final do exercício		<u>12.153</u>	<u>5.762</u>

As variações na rubrica “outros ativos intangíveis” foram as seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custo:		
Saldos no início do exercício	14.118	12.695
Adições (baixas) líquidas	<u>6.935</u>	<u>1.423</u>
Saldos no final do exercício	<u>21.053</u>	<u>14.118</u>

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(8.356)	(7.200)
Baixas/ Amortização líquida	<u>(544)</u>	<u>(1.156)</u>
Saldos no final do exercício	<u>(8.900)</u>	<u>(8.356)</u>

As despesas com amortização foram contabilizadas na rubrica “depreciação e amortização”, na demonstração do resultado.

16. Outros ativos

A composição do saldo da rubrica “outros ativos” é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Despesas antecipadas (1)	123.789	80.929
Valores a receber	2.446	2.434
Devedores diversos país (2)	90.083	54.017
Outros créditos	6.825	689
	<u>223.143</u>	<u>138.069</u>

(1) Referem-se principalmente a prêmios de seguros diferidos.

(2) Referem-se principalmente a prêmios de seguros a receber.

17. Depósitos de instituições financeiras

A composição, por classificação tipo dos saldos dessas rubricas é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado:	844.711	911.011
	<u>844.711</u>	<u>911.011</u>
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Tipos:		
Depósitos à vista	-	11
Depósitos a prazo	36.935	-
Operações compromissadas	723.803	834.476
Negociação e Intermediação de valores	83.973	76.524
	<u>844.711</u>	<u>911.011</u>

A nota 46 vii – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

18. Depósitos de clientes

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “depósitos de clientes” é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	395.904	484.055
	<u>395.904</u>	<u>484.055</u>

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Tipos:		
Depósitos à vista	4.037	3.312
Depósitos a prazo	391.867	416.967
Negociação e intermediação de valores	-	63.776
	<u>395.904</u>	<u>484.055</u>

A nota 46 vii – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

19. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	21.741	138.219
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	93.530	44.327
	<u>115.271</u>	<u>182.546</u>

A nota 46 vii – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

As variações na rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários” foram as seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldos no início dos exercícios	182.546	6.287
Emissão	902.568	439.709
Resgate	(982.113)	(268.078)
Juros	12.270	4.628
Saldos no final dos exercícios	<u>115.271</u>	<u>182.546</u>

20. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Relações interfinanceiras	631	37
Relações interdependências	-	146
Obrigações por empréstimos e repasses	171	17.722
Negociação e intermediação de valores	21.085	2.734
	<u>21.887</u>	<u>20.639</u>

A nota 46 vii – Risco de liquidez- vencimento residual residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual de outros ativos e passivos financeiros em cada fim de exercício.

21. Detalhamento das provisões técnicas e despesas de comercialização por ramo - seguros

a) Provisões técnicas

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Passivos de seguros		
Provisão de prêmios não ganhos	172.019	86.214
Sinistros a liquidar	24.237	21.115
Sinistros ocorridos e não avisados	13.156	1.504
Outras provisões	3.812	381
	<u>213.224</u>	<u>109.214</u>

b) Movimentação das provisões técnicas

<u>Movimentação</u>	<u>Provisão de prêmios não ganhos</u>	<u>Sinistros a Liquidar</u>	<u>Sinistros ocorridos e não avisados</u>	<u>Outras provisões</u>
Saldo Inicial em 31/12/2010	86.214	21.115	1.504	381
(+) Constituição de provisão no exercício	168.865	6.483	28.699	26.831
(-) Reversão de provisão no exercício	(83.060)	(2.300)	(17.047)	(23.400)
(-) Pagamento de sinistros no exercício	-	(1.061)	-	-
Saldo final em 31/12/2011	<u>172.019</u>	<u>24.237</u>	<u>13.156</u>	<u>3.812</u>

c) Custo de aquisição e prêmio de resseguro diferido

<u>Ramos de atuação</u>	<u>Despesas de comercialização - Seguros (1)</u>		<u>Prêmios de resseguro diferidos (1)</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Garantia financeira	44	56	172	256
Garantia de obrigações públicas	1.458	2.369	8.584	13.044
Garantia de obrigações privadas	1.020	1.945	4.035	8.659
Garantia de concessões públicas	112	529	452	2.675
Garantia judicial	1.307	2.720	10.889	22.923
Garantia segurado - setor público	4.496	-	18.812	-
Garantia segurado - setor privado	5.726	-	25.789	-
Responsabilidade civil geral	96	-	20	-
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	77	57	514	687
Riscos de engenharia	2.871	138	31.651	586
Riscos nomeados e operacionais	616	-	4.317	-
	<u>17.823</u>	<u>7.814</u>	<u>105.235</u>	<u>48.830</u>

(1) Registrado em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado do exercício consolidada.

d) Cobertura de provisões técnicas de seguros

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Provisões técnicas - seguros	213.224	109.214
Exclusões		
Provisões técnicas - resseguros	(110.460)	(72.583)
Sinistros depositados judicialmente	(330)	(311)
Total das exclusões	<u>(110.790)</u>	<u>(72.894)</u>
Provisões técnicas para cobertura	<u>102.434</u>	<u>36.320</u>
Títulos de renda fixa - públicos, vinculados à cobertura das provisões	80.954	17.731
Quotas de Fundos de Investimentos, vinculados à cobertura de provisões técnicas	30.973	21.722
Suficiência apurada	<u>9.493</u>	<u>3.133</u>
Ativos Livres	<u>103.896</u>	<u>224.308</u>

22. Provisões

a) Composição

A composição do saldo da rubrica “provisões” é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Provisões para passivos contingentes fiscais	18.992	24.131
Provisões para passivos contingentes cíveis	215	287
Provisões para passivos contingentes trabalhistas	261	212
Provisões para passivos contingentes sinistros	<u>728</u>	<u>712</u>
	<u>20.196</u>	<u>25.342</u>

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para perdas prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Fiscais patrocinadas por Consultores Jurídicos Externos cujo montante principal está registrado na Fator Corretora que questiona administrativamente o parecer emitido pela SRF-Secretaria da Receita Federal por meio da solução de consulta nº 10 de 26/10/2007 sobre a incidência de impostos sobre a Atualização de Títulos Patrimoniais da Bolsa. O valor da provisão é de R\$ 18.992 (R\$ 18.032 em 2010).

Ações Cíveis: Os processos cíveis referem-se a prêmios de seguros montam em R\$ 215 (R\$ 287 em 2010) e os relativos a sinistros contam com a provisão de R\$ 728 (R\$ 712 em 2010).

Ações Trabalhistas: Os processos trabalhistas que envolvem a Seguradora são provisionados levando-se em consideração o histórico de perdas com esses processos. A provisão constituída é de R\$ 261 (R\$ 212 em 2010).

Composição e movimentação das provisões consolidadas no exercício

	2011			
	Fiscais	Sinistros	Cíveis	Trabalhistas
Saldos no início do exercício	24.131	712	287	212
Constituição/re-estimativa	(2.154)	51	(72)	49
Atualização monetária (i)	1.396	-	-	-
Liquidações	-	(35)	-	-
Reversão de provisão	(4.381)	-	-	-
Saldos no final do período	18.992	728	215	261

- (i) Referem-se a atualizações monetárias, provisões para novos processos judiciais, constituições, reversões e complementos em razão da atualização das posições dos consultores legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Os processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, são classificados como perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente e estão representados abaixo:

	Natureza	2011	2010
Fiscais	Tributos federais	36.696	16.935
Cíveis	Órgãos reguladores	89	43
Trabalhistas	Reclamação ex-funcionários	3.622	2.364
		40.407	19.342

23. Outras obrigações

A composição do saldo da rubrica “outras obrigações” é a seguinte:

	2011	2010
Provisões para salários e encargos	9.249	5.080
Comissões/ corretagens	210	26.505
Prestadores de serviços	450	824
Débitos de operações de seguros e resseguros	97.345	50.018
Diversos	1.453	2.283
	108.707	84.710
	2011	2010
Moeda:		
Real	108.707	84.515
Dólar norte-americano	-	195
	108.707	84.710

24. Créditos tributários e passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(3.564)	250.736
Adições temporárias	25.488	65.500
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	23.808	43.788
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	1.045	1.853
Ajustes de IFRS	4.170	7.555
Outras adições temporárias	(3.535)	12.304
Adições permanentes	15.424	9.398
Resultado de equivalência patrimonial	702	203
Outras adições permanentes	14.722	9.195
Exclusões temporárias	(76.754)	(47.374)
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	(75.805)	(25.760)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(888)	(169)
Despesa com PIS e COFINS	(61)	(20.822)
Outras exclusões temporárias	-	(623)
Exclusões permanentes	(24.618)	(18.308)
Resultado de equivalência patrimonial	(6.763)	(50)
Outras exclusões permanentes	(17.855)	(18.258)
Base de cálculo antes da compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(64.024)	259.952
(-) Compensação 30% - prejuízo fiscal e base negativa IRPJ e CSLL	-	(49.142)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(64.024)	210.810
Provisão para IRPJ e CSLL - Corrente	(5.140)	(85.403)
Provisão para IRPJ e CSLL - Ajuste de períodos anteriores	-	498
Constituição/reversão de créditos tributários	23.828	12.474
Constituição/reversão de passivo diferido	(20.173)	5.538
Despesa com PIS e COFINS (1)	(6.763)	(20.822)
Despesa com impostos sobre a renda	(8.248)	(87.715)

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

b) Impostos diferidos

Os dados dos saldos das rubricas “créditos tributários diferidos” e “passivos fiscais diferidos” são:

	<u>Dez/2010</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização/ reversão</u>	<u>Dez/2011</u>
Imposto de renda				
Prejuízo Fiscal e base negativa	3.487	16.729	-	20.216
Provisão para devedores duvidosos	1.279	297	(257)	1.319
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	4.298	12.065	(16.096)	267
Provisão de despesas	2.294	881	(1.839)	1.336
Outros passivos	638	-	(638)	-
Total de imposto de renda	11.996	29.972	(18.830)	23.138
Contribuição social				
Prejuízo Fiscal e base negativa	2.147	10.037	-	12.184
Provisão para devedores duvidosos	713	177	(153)	737
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	2.579	7.239	(9.658)	160
Provisão de despesas	1.376	530	(1.103)	803
Outros passivos	382	-	(382)	-
Total de contribuição social	7.197	17.983	(11.296)	13.884
Total do crédito tributário	19.193	47.955	(30.126)	37.022
Passivos diferidos				
Imposto de renda				
Ajustes ao valor de mercado	(887)	(16.088)	8.113	(8.862)
Ajustes de IFRS	(614)	(1.616)	-	(2.230)
Total de imposto de renda	(1.501)	(17.704)	8.113	(11.092)
Contribuição social				
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	(532)	(9.653)	4.868	(5.317)
Ajustes de IFRS	(228)	(1.142)	-	(1.370)
Total de contribuição social	(760)	(10.795)	4.868	(6.687)
Total do passivo diferido	(2.261)	(28.499)	12.981	(17.779)

	<u>Dez/2009</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização/ reversão</u>	<u>Dez/2010</u>
Imposto de renda				
Prejuízo Fiscal e base negativa	-	8.079	(4.592)	3.487
Provisão para devedores duvidosos	772	550	(43)	1.279
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	1.659	10.946	(8.307)	4.298
Provisão de despesas	680	2.951	(1.337)	2.294
Outros passivos	1.088	-	(450)	638
Total de imposto de renda	4.199	22.526	(14.729)	11.996
Contribuição social				
Prejuízo Fiscal e base negativa	-	4.902	(2.755)	2.147
Provisão para devedores duvidosos	463	275	(25)	713
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	996	6.569	(4.986)	2.579
Provisão de despesas	408	1.770	(802)	1.376
Outros passivos	652	-	(270)	382
Total de contribuição social	2.519	13.516	(8.838)	7.197
Total do crédito tributário	6.718	36.042	(23.567)	19.193
Passivos diferidos				
Imposto de renda				
Ajustes ao valor de mercado	(2.457)	(7.464)	9.034	(887)
Ajustes de IFRS	(57.984)	(799)	58.169	(614)
Total de imposto de renda	(60.441)	(8.263)	67.203	(1.501)
Contribuição social				
Ajuste a mercado de TVM e derivativos	(1.475)	(4.479)	5.422	(532)
Ajustes de IFRS	(34.649)	(490)	34.911	(228)
Total de contribuição social	(36.124)	(4.969)	40.333	(760)
Total do passivo diferido	(96.565)	(13.232)	107.536	(2.261)

c) Impostos correntes

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Créditos tributários - Corrente		
IRRF sobre JCP	1.331	1.367
IR a compensar	11.934	20.613
CS a compensar	3.145	3.370
Outros impostos a compensar	3.192	2.387
IR s/ repasse de comissões	1.866	-
Total de Créditos tributários - Corrente	<u>21.468</u>	<u>27.737</u>
Passivos fiscais - Corrente		
Impostos e contribuições s/ serv. terceiros	(1.171)	(1.299)
Impostos e contribuições s/ salários	(2.738)	(3.211)
Impostos e contribuições s/ lucros a pagar	(677)	(1.501)
PIS/COFINS	(1.189)	(754)
IOF	(1.681)	(1.819)
Outros	(444)	(774)
Total de Passivos fiscais - Corrente	<u>(7.900)</u>	<u>(9.358)</u>

25. Participação dos acionistas minoritários

a) Composição

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Participação dos acionistas minoritários		
FAR - Fator Administradora de Recursos Ltda.	2	224
	<u>2</u>	<u>224</u>

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro/Prejuízo atribuível à participação minoritária		
FAR - Fator Administradora de Recursos Ltda.	(32)	224
	<u>(32)</u>	<u>224</u>

b) Movimentação

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldos no início do exercício	224	300
Lucro/Prejuízo anual atribuído à participação minoritária	(32)	224
Alterações na participação acionária	(190)	(300)
Saldos no final do exercício	<u>2</u>	<u>224</u>

26. Ajustes de avaliação

Os saldos da rubrica “Ajustes ao valor de mercado” incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes de marcação a mercado dos ativos classificados como ativos financeiros disponíveis para a venda e são reconhecidos temporariamente no patrimônio e apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado abrangente consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados, linha a linha, nas rubricas apropriadas, de acordo com sua natureza.

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 230.000 e representado por 4.748.300 ações, divididas igualmente entre ações ordinárias e preferenciais nominativas.

Em AGE realizada em 31/12/2010, foi deliberado aumento do capital social de R\$ 128.000 para R\$ 230.000, mediante a incorporação de parte do saldo conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados”, no montante de R\$ 102.000, aprovado pelo Banco Central do Brasil em 2011.

b) Distribuição de dividendos

Em AGEs datadas de 11 de janeiro de 2011, 01 de junho de 2011 e 16 de novembro de 2011 deliberou-se, a distribuição de dividendos nos valores de R\$ 18.500, R\$ 5.000 e R\$ 5.000, respectivamente, referentes a lucros acumulados anteriores.

c) Lucros (prejuízo) acumulados

Em 31 de dezembro de 2011, o prejuízo auferido de R\$ 11.780 foi transferido da rubrica de Lucros (prejuízos) acumulados para reserva estatutária.

d) Reservas

Reserva legal

De acordo com as normas contábeis brasileiras, 5% do lucro do exercício é destinado à constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva estatutária

Conforme Resolução nº 3.605/08 do Banco Central do Brasil, o lucro apurado, não utilizado na constituição da reserva legal e não distribuído na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, foi destinado à conta de reserva estatutária.

28. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração consolidada do resultado compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Títulos e valores mobiliários	170.211	107.885
Títulos emprestados e operações compromissadas	3.571	3.637
Empréstimos e adiantamentos a clientes	23.876	19.430
Outras	185	2.316
	<u>197.843</u>	<u>133.268</u>

29. Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração consolidada do resultado compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos de instituições financeiras	5.064	2.884
Depósitos de clientes	57.998	29.312
Títulos tomados em empréstimo e operações compromissadas	85.185	47.095
Dívida emitida e outros fundos tomados em empréstimo	2.492	2.773
Outras	1.793	2.414
	<u>152.532</u>	<u>84.478</u>

30. Receitas e despesas de tarifas e comissões

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita com tarifas e comissões		
Taxa de administração de carteiras	35.674	42.097
Taxas de corretagem	49.580	64.426
Taxas de subscrição	6.402	9.015
Rendas de outros serviços	6.016	2.061
Outras taxas recebidas	10.591	1.769
	<u>108.263</u>	<u>119.368</u>
Despesa com tarifas e comissões		
Taxas de corretagem	8.023	11.237
Taxa de administração de carteiras	1.499	1.583
Taxa de custódia	864	983
Comissões	15	148
Outras taxa recebidas	1.410	1.801
	<u>11.811</u>	<u>15.752</u>
Receita líquida com tarifas e comissões	<u>96.452</u>	<u>103.616</u>

31. Ganhos com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Rendas de ativos e passivos financeiros	42.741	58.587
Resultado na alienação de ativos e passivos financeiros	(55.752)	208.037
Resultado de ajuste a valor de mercado	44.693	(16.394)
Rendas(despesas) de mensuração do valor justo de derivativos	(28.920)	(4.678)
	<u>2.762</u>	<u>245.552</u>

32. Diferenças cambiais (líquidas)

As variações cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moedas estrangeiras e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira que são reconhecidas nas conversões de itens monetários indexados em moeda a estrangeira para moeda funcional do Banco.

33. Prêmios de seguros

a) Composição por ramo

<u>Ramos de atuação</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Riscos de engenharia	6.907	(28,00)
Riscos diversos	904	-
Riscos nomeados e operacionais	3.936	-
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	1.533	604
Responsabilidade civil geral	408	-
DPVAT	32.816	25.861
Garantia segurado - setor público	16.463	-
Garantia segurado - setor privado	8.203	-
Acidentes pessoais - coletivo	37	-
Garantia financeira	501	180
Garantia obrigações - privadas	8.558	6.089
Garantia obrigações - públicas	11.022	5.924
Garantia concessões - públicas	3.736	1.853
Garantia judicial	17.457	9.507
Total	<u>112.481</u>	<u>49.990</u>

34. Sinistros ocorridos

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Sinistros	26.596	18.537
Despesas com sinistros	4.159	2.422
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não Avisados	4.270	(826)
Total	<u><u>35.025</u></u>	<u><u>20.133</u></u>

35. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Reversões (1)	-	5.791
Despesa com comercialização de seguros	(599)	(937)
Outras despesas com operações de seguros	(16.266)	(6.106)
Varições Monetárias	12.528	7.306
Amortização de àgio/ deságio	-	(166)
Tributos federais - REFIS	(6.419)	-
Outros	(7.836)	(4.730)
	<u><u>(18.592)</u></u>	<u><u>1.158</u></u>

(1) Refere-se principalmente a reversão de comissões a pagar e reversão de provisão para contingências.

36. Despesas com pessoal

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Salários	60.044	53.847
Custos previdenciários	18.852	14.661
Benefícios	18.054	7.965
Outras despesas de pessoal	2.343	905
	<u><u>99.293</u></u>	<u><u>77.378</u></u>

37. Outras despesas administrativas

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imóveis, instalações e materiais	10.570	9.657
Tecnologia e sistemas	12.566	15.736
Publicidade	2.901	2.841
Comunicações	8.325	8.008
Relatórios técnicos	23.191	33.116
Tributos (exceto imposto de renda)	5.483	6.057
Outras despesas administrativas	2.406	6.188
	<u><u>65.442</u></u>	<u><u>81.603</u></u>

38. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não circulantes destinados à venda

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultado na alienação ativos	2.827	(667)
Ganhos (prejuízos) líquidos	<u>2.827</u>	<u>(667)</u>

39. Resultado na alienação de ativos não circulantes destinados a venda

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Alienação de ativos não circulantes destinados à venda	-	(600)
Ganhos (prejuízos) líquidos	<u>-</u>	<u>(600)</u>

40. Partes Relacionadas

As partes relacionadas do Banco devem incluir, partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto em que a entidade é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

As transações ordinárias realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

Operações/ Partes Relacionadas	Grau de relação	2011		2010	
		Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Depósitos à vista					
Fator Holding Financeira S.A.	Controlador	(7)	-	-	-
Fator Capital S.A.	Ligada	(10)	-	-	-
Depósito à prazo					
Fator Holding Financeira S.A.	Controlador	(170)	-	-	-
Fator S.A. Corretora de Valores (a)	Controlada	(28.682)	-	(63.194)	-
Fator Capital S.A.	Ligada	(40)	-	-	-
UBR Sociedade Administradora de Cartões	Ligada	(482)	(14)	-	-
Investimentos					
Fator Empreendimentos Ltda.	Controlador	-	(92)	-	(667)

(a) Referem-se substancialmente a operações realizadas por conta e ordem de clientes.

a) Remuneração da Administração

Os administradores do Banco são remunerados através de Pró-Labore ou salários quando registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica despesas de pessoal.

Os honorários atribuídos, no período, ao pessoal chave da administração, são compostos conforme descrito abaixo:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remuneração fixa	18.456	11.294
Remuneração variável	<u>6.033</u>	<u>2.109</u>
	<u>24.489</u>	<u>13.403</u>

O Banco não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

41. Ativos oferecidos em garantia e garantias recebidas

Ativos financeiros oferecidos em garantia:	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Instrumentos de dívida	239.213	103.781
Depósitos de instituições financeiras	<u>2.043</u>	<u>57.993</u>
	<u>241.256</u>	<u>161.774</u>

Garantias recebidas

Ativos financeiros recebidos em garantia:	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Instrumentos de dívida - operações compromissadas	5.748	15.503
Garantias para operações de crédito	<u>202.800</u>	<u>138.397</u>
	<u>208.548</u>	<u>153.900</u>

42. Garantias prestadas e compromissos contratuais

O Banco oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Como exigido, o “máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores de principal (notional) que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

Máximo valor potencial de pagamentos futuros

Passivos contingentes	2011	2010
Garantias e outras fianças		
Garantias financeiras	37.440	51.967
Total de passivos contingentes	37.440	51.967

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

43. Índices operacionais

As instituições financeiras são obrigadas a manter capital regulador consistente com suas atividades, no mínimo 11% maior do que o capital exigido. Em julho de 2008, novas regras de medição de capital regulador, de acordo com a Abordagem Padronizada de Basileia II, entraram em vigor, incluindo uma nova metodologia de medição, análise e administração de risco de crédito e risco operacional. O índice deve ser calculado de forma consolidada, como demonstrado a seguir:

	2011	2010
Risco de Crédito	161.747	107.692
Taxa de Juros	23.291	14.009
Risco Operacional	18.538	18.063
Risco de Moedas	2.835	50.971
Risco de Ações	12.993	18.082
Patrimônio de Referência Exigido	219.404	208.217
Patrimônio de Referência - PR	409.403	451.803
Excesso de patrimônio em relação ao limite	189.999	242.986
Índice de Basileia II (*)	20,50%	23,80%

(*) calculado de acordo com as exigências do Banco Central do Brasil.

44. Outras divulgações

a) Valores de referência (notional) e valores justos de derivativos para negociação

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos para negociação mantidos pelo Banco é a seguinte:

	2011		2010	
	Valor de referência (notional)	Valor justo	Valor de referência (notional)	Valor justo
Derivativos de negociação				
Risco de taxa de juros e preços:				
Swaps de taxa de juros	-	-	5.000	31
Compra e venda de opções	92.950	(668)	170.337	(318)
Contratos a termo e de futuros	-	-	2.785.433	-
Risco de moeda estrangeira:				
Swaps de moeda estrangeira	-	-	8.000	(212)
Compra e venda de opções	9.375	(4)	47.994	(282)
Contratos a termo e de futuros	-	-	61.490	-

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais dos derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

	2011			2010	
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Swap	-	-	-	-	13.000
Opções	97.475	4.850	-	102.325	218.331
Contratos a termo e de futuros	-	-	-	-	2.846.923

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelo Banco, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pelo Banco principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial; os resultados desses instrumentos financeiros são reconhecidos em “Resultados de ativos e passivos financeiros (líquidos)” na demonstração consolidada do resultado abrangente e aumentam ou compensam, conforme o caso, o resultado do investimento protegido.

O Banco gerencia a exposição ao risco de crédito desses contratos através de acordos de compensação com as suas principais contrapartes e do recebimento de ativos em garantia das suas posições de risco.

b) Recursos administrados não registrados no balanço

Os recursos de terceiros administrados pelo Banco não registrados no balanço são os seguintes:

	2011	2010
Recursos de terceiros	5.337.068	7.729.487
Total	5.337.068	7.729.487

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2011, o Banco detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$ 1.084 mil (R\$ 18.982 mil em 2010).

d) Valor equivalente em reais dos ativos e passivos

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial consolidado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

	2011		2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	-	-	2.265	-
Outros empréstimos e recebíveis	-	-	496	-
Outras Obrigações	-	-	-	195
Total	-	-	2.761	195

e) Operações relevantes de clientes

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total do Banco Fator em 2011 e em 2010.

45. Gestão de riscos

A gestão de riscos do Banco Fator tem suas políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central. Sua abrangência é no âmbito das empresas ligadas ao Banco.

Foram estabelecidas políticas e procedimentos e implantados sistemas de gestão de riscos capazes de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando à Diretoria Executiva uma visão de todos os riscos incorridos.

As políticas de gestão de riscos do Banco Fator são destinadas a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O Banco Fator revisa e atualiza regularmente suas políticas e sistemas de gestão de risco de forma a refletir mudanças nos mercados e produtos e a condução de melhores práticas.

i. Governança e responsabilidade sobre riscos

A gestão de risco do Banco Fator é de responsabilidade da Diretoria de Risco e Compliance, que responde diretamente à presidência do Conglomerado Fator. Dentro desta diretoria, há três gerências dedicadas à gestão de risco: uma direcionada para a gestão do risco de mercado e liquidez; outra para atuar como gestora do risco de crédito; e uma terceira focada na gestão do risco operacional.

ii. O apetite ao risco

A estrutura de apetite ao risco se refere a quanto e quais os tipos de risco que o Banco Fator está preparado para assumir na execução da sua estratégia. Ela é fundamental para a abordagem integrada de risco, capital e gestão dos negócios e ainda suporta o Banco Fator na realização dos seus objetivos de rentabilidade sobre o capital. Além disso, é um elemento-chave no cumprimento das obrigações de requerimentos de capital vigentes.

A Diretoria Executiva do Banco Fator atribui métricas quantitativas para cada tipo de risco, sujeitas a limites operacionais alinhados com o tamanho do apetite ao risco e objetivos de rentabilidade sobre o capital, de forma a assegurar que:

- as atividades básicas das áreas de negócio possam ser guiadas e controladas, de modo que continuem alinhadas com a estrutura de apetite ao risco;
- as premissas fundamentais que sustentam o apetite ao risco possam ser monitoradas e, se necessário, ajustadas através dos ciclos de planejamento de negócios; e
- as decisões de negócios para mitigação dos riscos sejam colocadas em prática tão logo as evidências de risco sejam sinalizadas.

A estrutura de apetite ao risco é monitorada em bases contínuas pela Diretoria Executiva do Banco Fator.

iii. Cenários dos testes de estresse

Análises de cenário para testes de estresse são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do Banco Fator em situações de eventos extremos, mas plausíveis. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Enquanto a predição de eventos futuros pode não cobrir todas as eventualidades, nem identificar precisamente os eventos futuros, cenários analisados no passado podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos quando eventos similares acontecerem.

iv. Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações. Os procedimentos básicos adotados para o gerenciamento desse risco são: (a) integridade na precificação de ativos e derivativos; (b) avaliação do risco de mercado pela metodologia Value at Risk e pela simulação de cenários; (c) acompanhamento de resultados diários.

O Banco Fator e suas controladas realizam operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, atuando em mercados organizados e de balcão, com objetivo de possibilitar uma gestão de risco de mercado adequada à sua política. Esses instrumentos são utilizados não só para posicionamento, mas também para hedge de posições, para atender à demanda de contrapartes e como meio de reversão de posições em momentos de grandes oscilações.

Para monitoramento do risco de mercado, o banco utiliza o Valor a Risco (VaR), o qual é calculado diariamente utilizando-se de técnicas estatísticas atuais de forma a estimar a perda financeira possível para um dia levando-se em conta que o comportamento do mercado será semelhante ao que ocorreu no

passado recente. O modelo de VaR empregado se baseia na técnica de aferição paramétrica, com horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99% monocaudal.

Outra abordagem utilizada na aferição do risco de mercado é o Stress Test, uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos. Esta abordagem de análise tem por objetivo preservar o patrimônio do banco em situações de mercado consideradas atípicas e que, embora difiram do padrão estatístico histórico, podem estar dentro do espectro de possibilidades consideradas pontuais pela Área de Risco de Mercado.

Os limites de risco de mercado são definidos utilizando o conceito de orçamento de risco, ou seja, a rentabilidade em reais dos últimos 21 dias úteis (janela móvel) somada ao valor calculado em reais do risco (VaR ou stress) não deve registrar um prejuízo maior do que o orçamento de risco.

Para o cálculo e monitoramento destas estatísticas, o Banco Fator utiliza um sistema adquirido junto a fornecedor externo em conjunto com sistema desenvolvido internamente.

Não foi registrado nenhum desenquadramento destes controles de orçamento de risco nos últimos 12 meses desde a data base do balanço.

O valor do VaR apurado pela área de risco na data base do balanço foi de R\$ 2,1 milhões, sendo que a média ao longo do ano de 2011 ficou em R\$ 2,7 milhões. Esta estatística se manteve sempre bastante abaixo do limite definido pela diretoria do Banco Fator.

Com relação à distribuição do VaR entre os diferentes fatores de risco, segue abaixo tabela de VaR marginal na data base do balanço em milhares de reais e o percentual em relação ao VaR total.

	<u>\$ Marginal</u>	<u>% Marginal</u>
Renda Variável	240	11,3%
Câmbio	931	43,8%
Juros	956	44,9%

v. Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo de gestão do risco operacional tem início a partir da aplicação de uma metodologia própria para o mapeamento dos riscos e controles existentes nos processos. Quando necessário, são elaborados planos de ação para mitigação das principais ameaças identificadas nos processos. As etapas do gerenciamento de risco operacional são: identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos, comunicação e plano de ação.

Adicionalmente, é obrigatório o registro no sistema de base de dados de perdas operacionais e de gestão de risco operacional dos eventos ocorridos nas instituições. Esse procedimento tem como finalidade primária a formação de uma base de dados para proporcionar informações suficientes para a identificação das causas e mitigação dos riscos.

A conjugação das ações de mapeamento e monitoração dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e nos procedimentos adotados, bem como a redução dos riscos existentes.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional do Conglomerado Fator identifica as linhas de reporte, assegura a comunicação apropriada e oferece ferramentas e sistemas que permitem o adequado gerenciamento de risco operacional.

a) Na estrutura de gerenciamento de risco operacional

Presidência

- Administrar as atividades das Empresas do Conglomerado Fator, orientando-as para a consecução dos objetivos e metas estabelecidas.
- Delegar autoridade aos níveis envolvidos em atividades de riscos para gerenciamento e solução de problemas.
- Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos, a estrutura e o modelo de gestão definidos para o monitoramento dos riscos
- Deliberar sobre questões que envolvam o controle e gerenciamento de riscos que possam afetar a “performance” do sistema ou das empresas do Conglomerado.

Reunião de Controles Internos e Riscos

- Analisar ocorrências, alterações planejadas de procedimentos, criação de novos produtos, mudanças na legislação ou qualquer fato que possa implicar nos riscos associados às atividades das Empresas do Conglomerado Fator.
- Recomendar às respectivas áreas das Empresas do Conglomerado Fator a adoção de medidas que venham a sanar as irregularidades ou prevenir e mitigar eventuais ocorrências de riscos operacionais no desempenho de suas atribuições.
- Deliberar sobre as ocorrências que possam afetar o desempenho do sistema de gerenciamento de riscos operacionais, incluindo as necessidades de treinamento, envolvendo aspectos conceituais, operacionais e comportamentais.
- Aprovar as metodologias e ferramentas de medição e controle dos riscos operacionais e comportamentais.
- Aprovar as metodologias e ferramentas de medição e controle dos riscos operacionais.

Gestor de Risco Operacional

- A área de Gestão de Risco Operacional exerce uma função específica de gerenciamento de risco operacional e atua de forma independente das áreas de Negócios. Esta área está diretamente subordinada à Diretoria de Gestão de Riscos.
- Responsável por gerenciar e acompanhar o desempenho do sistema, avaliando e promovendo ações para corrigir eventuais desvios, de forma a manter a aderência do sistema de riscos em relação aos objetivos e metas das Empresas do Conglomerado Fator, ou a legislação pertinente.
- Prover adequado entendimento e visualização dos riscos associados ao negócio.
- Recepcionar, analisar e controlar as ocorrências registradas, objetivando a solução, controle ou mitigação do risco operacional identificado nas respectivas áreas.
- Elaboração anual do relatório do Sistema de Gerenciamento do Risco Operacional, em atendimento a Resolução CMN 3.380.
- Avaliar e apresentar na Reunião de Controles Internos e Riscos, o relatório específico das ocorrências relevantes.
- Analisar os itens apontados nos relatórios de Auditoria e instruções no sentido de sanar as deficiências identificadas.

Áreas de Identificação de Riscos

Os funcionários colaboradores lotados nas áreas responsáveis pelo desenvolvimento dos processos devem:

- Observar as políticas e procedimentos aprovados pelas respectivas Diretorias;
- Executar as atividades de modo a minimizar a probabilidade de ocorrência dos riscos envolvidos;
- Identificar os riscos existentes nos processos que possam representar riscos na operacionalização de cada produto;
- Reportar a Área de Risco Operacional as ocorrências que envolvam deficiências ou não conformidades que possam representar riscos na operacionalização de cada produto.

vi. Risco de Crédito

a) Introdução ao tratamento do risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, a vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O processo de tomada de decisões para concessão de crédito busca obter segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes às operações. Para isso, o Banco Fator possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721 e ao novo acordo da Basileia, existem estruturas de comitês e comissões específicas para melhor gestão, controle e acompanhamento desse risco.

São realizados controles e acompanhamentos das políticas e normas de crédito, bem como de respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. A política de crédito é formulada com base nas melhores práticas de mercado e é responsável por garantir que haja adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito. Há ainda monitoramento constante das exposições e contrapartes e elaboração de relatórios periódicos dos riscos da carteira de crédito para análise e tomada de decisão por parte da diretoria.

Exposição máxima ao risco de crédito

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Instrumentos de dívida	1.435.220	1.512.363
Instrumentos de patrimônio	164.136	232.599
Empréstimos e recebíveis	247.894	326.605
Garantias prestadas	<u>37.440</u>	<u>51.967</u>
	<u>1.884.690</u>	<u>2.123.534</u>

b) Ciclo de risco de crédito

As contrapartes de operações que geram exposição ao risco de crédito são monitoradas constantemente e os seus ratings são revisados periodicamente pela Área de Crédito. Desta forma, e também em função da quantidade reduzida de contrapartes, qualquer alteração no cenário macro-econômico ou suspeita de perda de liquidez da contraparte, cujo impacto dar-se-á na percepção de risco de crédito é

detectada rapidamente, com consequência imediata no provisionamento da operação ou demais medidas prudenciais.

c) Medidas e ferramentas de mensuração

c.1) Classificações de qualidade de crédito (ferramentas de rating)

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a situação econômico-financeira da contraparte, a estrutura e demais riscos e condições gerais da operação proposta (como qualidade, liquidez e nível de cobertura das garantias), a conjuntura econômica, setor de atuação, a experiência da empresa neste setor, perspectivas econômicas e financeiras da empresa e da economia, qualidade da administração e demais aspectos inerentes a análise. .

O rating interno é atribuído a todas as empresas com as quais o Banco Fator possui limite ou risco de crédito, como forma de atribuir o risco que a empresa apresenta com relação ao repagamento da operação.

A classificação de rating de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida através dos ratings AA a H, sendo AA o melhor rating e H o pior, conforme determinação do Banco Central do Brasil, considerando aquela que apresentar maior risco, admitindo-se excepcionalmente classificação diversa para determinada operação, considerando:

- Natureza e finalidade da transação;
- Característica das garantias, particularmente quanto a suficiência e liquidez; e,
- Valor.

O processo de atribuição de rating, nos casos em que os contrapartes são pessoas jurídicas, não se limita a análise dos indicadores financeiros, sendo mais amplo, analisando todos os aspectos da empresa, desde sua constituição, controle acionário e administração, passando pela análise financeira, até a análise de seu produto e mercado de atuação. A análise deve procurar o enquadramento da empresa em cada uma das variáveis componentes da Matriz de análise que considera os itens descritos abaixo:

1. Análise de Cadastro: Nesse primeiro item de análise o enfoque para atribuição das notas deverá ser nos dados de cadastro da empresa, que incluem: o tempo de constituição; patrimônio do acionista; relacionamento com o Banco Fator; restritivos nos órgãos de informação e no mercado; comportamento das garantias; histórico de concordata e renegociação de dívidas; e confiabilidade das informações financeiras.

2. Análise da Administração: A análise da Administração da empresa deve ser focada em todos os aspectos relacionados aos acionistas e o relacionamento dos mesmos com as atividades da empresa - processo de sucessão; composição da administração (conselho e diretoria) e forma de tomada de decisões. Os sub-itens que compõem esse item são: empresas ligadas / diversificação das atividades; controle acionário; administração; processo sucessório / relacionamento dos acionistas; e tomada de decisões.

3. Análise Financeira: Os aspectos a serem analisados na situação financeira deverão abranger os principais aspectos de balanço (índices e informações financeiras), além disso deverão ser observados os aspectos financeiros que não estão no balanço, como acesso ao crédito junto a outras instituições financeiras, suporte do acionista ou matriz, passivos contingentes e operações de hedge.

Os sub-itens a serem analisados são: acesso ao crédito, suporte financeiro da matriz / acionistas, consistência das informações financeiras, defasagem das informações contábeis / gerenciais, passivos contingentes e casamento de prazo e moedas além de outros indicadores econômicos e financeiros

4. Análise do Mercado / Produto e Perspectiva: Nesse item o foco da análise deve ser o tipo de produto que a empresa possui e o mercado de atuação da empresa, englobando os aspectos atuais dos produtos e do mercado e as perspectivas futuras. Os sub-itens a serem analisados são: mercado predominante; concentração de clientes; concentração de fornecedores; linhas de produtos; tecnologia / processos; riscos operacionais; setor com risco regulatório / ambiental / sanitário; perspectiva macroeconômica no curto, médio e longo prazo para o setor.

c.2) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

Conforme Política de Crédito vigente, as definições que regem as garantias aceitas pelo Banco Fator são as seguintes:

a) Garantia

É um dos fatores mais importantes para prevenir-se imprevistos como i) Fortes alterações no ambiente econômico; ii) Rápida degradação da situação financeira da empresa, conseqüentemente da qualidade do crédito; intempéries (enchentes etc.); e iii) Morte do dono ou do sócio principal da empresa.

As garantias como fatores mitigantes do risco, devem ser analisadas sob dois aspectos principais:

- **Liquidez**

Ou seja, a capacidade de conversão da garantia em moeda. Nesse sentido, as garantias podem ser mais ou menos líquidas impactando no preço de conversão em moeda.

- **Margem de Cobertura**

É a relação percentual, estabelecida pelo Comitê de Crédito, entre o valor da garantia e o valor da dívida.

Deve levar em conta, além do custo do dinheiro, a liquidez da garantia, ou seja, a sua maior ou menor conversibilidade.

As garantias bancárias utilizadas para as operações financeiras no Banco Fator são, normalmente, as garantias reais e as garantias pessoais. As garantias reais são aquelas que incidem sobre um bem ou coisa específica, e as mais usadas, são a hipoteca, o penhor (ou caução) e a alienação fiduciária. As garantias pessoais incidem sobre todo o patrimônio dos coobrigados, sem determinação expressa sobre um bem específico. Essas garantias só incidem sobre o patrimônio, o que torna um devedor insolvente, sem patrimônio, fora do alcance de qualquer medida de execução de contrato.

As garantias pessoais podem ser concedidas por pessoas físicas ou jurídicas, onde as mesmas assumem, a obrigação de honrar os compromissos assumidos na operação de crédito mantida com o cliente. As garantias pessoais utilizadas são a fiança e o aval. A fiança é um contrato autônomo e acessório de garantia, através do qual o fiador compromete-se a cumprir com as obrigações do afiançado perante o banco, e exige a qualificação das partes, só podendo ser formalizada, expressamente, por instrumento escrito – público ou particular. A fiança é um contrato que garante contratos (mútuo, abertura de crédito, etc.). O fiador responde com todo o seu patrimônio e tem o direito, se dele não abrir mão, ao benefício de ordem, ou seja, só poderá ter seus bens executados depois de executados os bens do afiançado. O aval é uma característica de um título de crédito, que permite a um terceiro, pela mera aposição de sua assinatura, aceitar ser coobrigado em relação às obrigações do avalizado. Se o aval não identificar o avalizado, o avalista estará garantindo o último

devedor do título. O aval não exige a outorga do cônjuge ou a qualificação do avalista e não tem benefício de ordem, ficando o avalista coobrigado pelo pagamento total do título.

As garantias reais utilizadas nas operações são bens ou direitos de recebimentos dados em garantia de obrigações relativas às operações de crédito. As operações com recebíveis são representadas por contratos que os tomadores possuem com terceiros, duplicatas e direitos creditórios de modo geral.

A política de crédito do banco Fator requer que as garantias sejam sempre solicitadas, quando da aprovação do crédito, e que a constituição seja efetivada antes do desembolso, principalmente em função do caráter estruturado de nossas operações. Flexibilizações são aceitas, em função da avaliação de risco de cada operação. As garantias devem ser analisadas quanto a sua liquidez, e quanto ao nível de cobertura em relação ao valor do empréstimo ou financiamento.

c.3) Distribuição do risco de crédito

O perfil dos clientes do banco Fator é composto predominantemente por empresas do segmento *Middle e Corporate*. O fluxo de amortização da carteira de crédito (conceito amplo, que inclui também as operações de mercado de capital realizadas por clientes e intermediadas pelo Banco Fator) é predominantemente de curto prazo, com mais de 50% vencíveis em até 1 ano.

Em relação ao segmento de atuação das contrapartes das operações de crédito, a concentração encontra-se, principalmente, nos ramos de Agrobusiness (42%), Imobiliário (25%) e Industrial (12%).

d) Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)

d.1) Introdução ao cálculo da provisão para redução ao valor recuperável

Em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais, o Banco Fator avalia, a cada fechamento de balanço, a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresente problemas de recuperação, o que, caso ocorra, poderá levar a instituição a reconhecer uma redução do valor recuperável destes ativos.

Os procedimentos aplicáveis para mensuração do impairment, de acordo com o IAS 39, consideram as fases do ciclo de vida do instrumento financeiro, sendo estas: originação / aquisição de ativos financeiros, surgimento de evidências objetivas de impairment, renegociação de ativo financeiro e baixa para prejuízo.

Na originação ou aquisição de ativos financeiros, o Banco Fator não reconhece qualquer redução do valor recuperável do ativo (provisão), da mesma forma que não considera, para fins contábeis, perdas esperadas estimadas como resultado de eventos futuros e incertos, independentemente de sua probabilidade.

O surgimento de evidências objetivas de impairment indica possíveis problemas de recuperação em um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros. De acordo com as políticas internas do Banco Fator, os seguintes fatos são considerados pela instituição como “evidência objetiva de impairment”:

- Dívida com o Banco Fator vencida e não paga acima de 90 dias (qualquer valor);
- Classificação do cliente com rating BACEN igual a E, F, G e H;
- Falência decretada, autofalência ou recuperação judicial requerida;
- Ocorrência de renegociação com qualquer perda econômica.
- Red flags conforme Política de Crédito vigente: fatores administrativos como alterações de controle acionário, indisponibilidade de informações atualizadas, contabilidade incorreta, excentricidade no estilo de vida dos principais executivos, e alterações na estrutura

patrimonial e financeira da Cia, como crescimento do endividamento bancário, venda de ativos, violação de covenants, etc.

O desaparecimento de mercado ativo ou a redução significativa na liquidez de um instrumento de patrimônio ou instrumento de dívida de propriedade do Grupo pode vir a ser considerado como “evidência objetiva de impairment”. Para este fim, a área de risco de crédito avalia este acontecimento juntamente com outras potenciais evidências a fim de constatar se estes ativos necessitam ter seu valor recuperável reduzido (reconhecimento de impairment).

As garantias prestadas também estão sujeitas a perdas. No reconhecimento inicial, o Banco Fator reconhece a garantia como um passivo financeiro ao valor justo. Neste caso, sendo uma operação pactuada conforme os parâmetros de mercado, o valor justo é igual ao prêmio pago pela contraparte. Ao final de cada período de reporte, estas garantias financeiras são avaliadas quanto à probabilidade de que estas venham a ser honradas pelo Banco Fator.

No caso de garantias financeiras classificadas como “prováveis”, o valor presente do gasto exigido para liquidar a obrigação presente da instituição é reconhecido como um passivo.

Com relação ao risco de crédito de derivativos de balcão, há um controle por contraparte através do cálculo do risco potencial de cada operação (swaps, NDF's, opções, etc) levando-se em conta o valor apropriado até a data mais o stress de mercado calculado menos as garantias depositadas devido à chamada de margem pelo banco.

Para o exercício findo 31 de dezembro de 2011 o montante apurado de Receita de Juros sobre operações com evidência de impairment foi de R\$ 23.740 mil (R\$ 19.429 mil em 2010).

d.2) Provisão para redução ao valor recuperável – Avaliação individualmente significativa

Caso um “ativo individualmente significativo” apresente uma ou mais “evidências objetivas de impairment”, uma provisão é constituída pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa estimados.

Nos casos de empréstimos ou recebíveis que forem renegociados ou, mesmo, modificados devido a deterioração da capacidade de pagamento do tomador ou emitente, a mensuração no valor recuperável fará uso da taxa de juros efetiva original antes da modificação dos termos.

Uma vez evidenciado o impairment para uma operação, configura-se o arrasto, ou seja, todas as demais operações do mesmo cliente, bem como as relacionadas ao grupo econômico do qual faz parte, são submetidas a comitê para a análise. A decisão de reconhecimento contábil do impairment é embasada no fluxo de caixa previsto para estas operações.

Para determinar o nível de provisão, os seguintes fatores são geralmente considerados:

- A exposição agregada do Banco ao cliente;
- A viabilidade do modelo de negócio do cliente e a sua capacidade de comercialização com êxito sem dificuldades financeiras, gerando fluxo de caixa suficiente para cobrir suas obrigações;
- A capacidade do cliente em obter, e fazer pagamentos na moeda do empréstimo, se não denominados em moeda local;
- O montante e a data esperada dos recebimentos e cobrança;
- À medida que os compromissos com outros credores têm prioridade na liquidação, e a possibilidade de outros credores continuarem a apoiar a empresa;
- A complexidade em determinar o montante agregado por credor e a classificação de todos os direitos de credores, na medida em que incertezas legais e de seguros são evidentes;
- O valor da garantia e a possibilidade de realizá-la com sucesso;

- A existência de outros créditos mitigadores e a capacidade do cliente em entregar os mitigadores contratualmente acordados; e
- Quando disponível, o preço da dívida cotada em mercado secundário.

O nível de provisões para redução ao valor recuperável dos saldos individualmente significativos, definidos como material é revisado periodicamente. Isto normalmente engloba uma reavaliação de aplicabilidade da execução de garantias mantidas e antecipação de recebimentos.

As provisões para redução ao valor recuperável somente são reduzidas quando há evidências razoáveis e objetivas de alterações favoráveis nas estimativas de perda que foram previamente estabelecidas.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o montante analisado individualmente foi de R\$ 1.601 mil referente a seis operações de crédito (R\$ 1.569 mil em 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 não havia nenhuma garantia atrelada a essas operações.

d.3) Ativos que estariam em prejuízo caso não tivessem sido renegociados

Operações de empréstimos e recebíveis com prazos renegociados correspondem as transações que foram reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores, e nos casos em que o Grupo fez acordos e concessões que não consideraria em outras situações. O Valor contábil desses ativos em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 375 (R\$ 94 em 31 de dezembro de 2010).

e) Baixa para Prejuízo (Write Off)

Para as situações em que se constata a não expectativa de recuperação dos ativos por parte da entidade, estes ativos são retirados do balanço do Grupo.

Especificamente para “ativos individualmente significativos”, a baixa a prejuízo será decidida com base em critérios julgamentais.

vii. Risco de Liquidez

O risco referente a situações potenciais de diminuição de liquidez também é monitorado pela Área de Risco e acompanhado pelo Comitê de Liquidez do Grupo, que se reúne, no mínimo, mensalmente. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

O risco de liquidez é monitorado através de limite de caixa disponível mínimo e através das projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos, considerando diversos cenários de liquidez dos ativos e passivos de modo a gerenciar a sua liquidez de forma segura e com baixos custos.

31 de dezembro de 2011

	Em milhares de Reais					Total
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	
Ativo:						
Disponibilidades e reservas no Banco						
Central do Brasil	4.245	-	-	-	-	4.245
Instrumentos de dívida	-	71.248	754.805	380.698	359.730	1.566.481
Instrumentos de patrimônio	164.136	-	-	-	-	164.136
Empréstimos e valores a receber:						
Empréstimos e adiantamentos a instituições						
financeiras, bruto (nota 5)	32.370	59.389	-	-	-	91.759
Empréstimos e adiantamentos a clientes,						
bruto	-	8.477	113.396	33.392	12.556	167.821
Outros empréstimos e recebíveis.	-	7.314	-	-	-	7.314
Total do ativo	200.751	146.428	868.201	414.090	372.286	2.001.756
Passivo:						
Passivos financeiros ao custo amortizado:						
Depósitos de instituições financeiras						
	17	844.509	202	-	-	844.728
Depósitos de clientes						
	4.020	17.548	155.880	191.881	30.202	399.531
Obrigações por títulos e valores mobiliários						
	-	75.235	40.036	-	-	115.271
Outros passivos financeiros						
	-	21.887	-	-	-	21.887
Total do passivo	4.037	959.179	196.118	191.881	30.202	1.381.417
Diferença (ativo e passivo)	196.714	(812.751)	672.083	222.209	342.084	620.339

31 de dezembro de 2010

	Em milhares de Reais						Total
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	7.345	-	-	-	-	-	7.345
Instrumentos de dívida	-	24.229	172.559	1.471.071	-	6.634	1.674.493
Instrumentos de patrimônio	232.599	-	-	-	-	-	232.599
Empréstimos e valores a receber:							
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, bruto	35.632	82.700	3.967	3.479	162	-	125.940
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	-	54.935	78.311	48.795	12.037	-	194.078
Outros empréstimos e recebíveis, bruto	-	17.103	562	-	-	-	17.665
Total do ativo	275.576	178.967	255.399	1.523.345	12.199	6.634	2.252.120
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições financeiras	11	911.000	-	-	-	-	911.011
Depósitos de clientes	67.087	26.211	178.003	200.455	6.381	-	478.137
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	152.867	29.679	-	-	-	182.546
Outros passivos financeiros	-	2.955	17.684	-	-	-	20.639
Total do passivo	67.098	1.093.033	225.366	200.455	6.381	-	1.592.333
Diferença (ativo e passivo)	208.478	(914.066)	30.033	1.322.890	5.818	6.634	659.787

viii. Riscos das operações de seguros

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Fator Seguradora S.A (Seguradora).

Entendemos ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas que são devidamente adaptadas à nossa realidade.

Risco é a incerteza inerente aos ganhos e perdas que podem ocorrer como resultado das decisões exigidas por toda a organização. Está relacionado à escolha, não ao acaso e a Gestão de Riscos é o enfoque estruturado que alinha estratégia, processos, pessoal, tecnologia e conhecimento, com o objetivo de avaliar e gerenciar essas incertezas como forma de criação de valor.

A crise econômica mundial transformou a gestão de riscos em uma das grandes prioridades de muitas empresas e governos. Representa um dos pilares da Política de Governança, iniciou-se já na criação da

companhia em 2008 e foi consolidada no final de 2010 após a implantação de melhorias nos processos e tecnologia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade aperfeiçoar o desempenho de uma companhia e proteger os stakeholders, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o Processo de Gerenciamento de Riscos da Seguradora conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com, políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva dedicada, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A Seguradora está exposta aos seguintes riscos proveniente de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros, sendo eles Risco de seguro, Risco de crédito, Risco de liquidez, Risco de mercado e Risco operacional.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Organização permite que esses riscos sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

a) Risco de Seguro

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. O risco de seguro inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Para isso a Seguradora foca em dois tipos de estratégias:

Estratégia de subscrição

O risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa que contraria tanto as expectativas da sociedade seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões.

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia estabelece as classes de negócios, regiões territoriais, e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros.

A política de aceitação de riscos abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais.

Estratégia de resseguro

Como forma de reduzir o risco foi definida a política de resseguro, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. Dessa definição constam: os riscos a ressegurar, lista dos resseguradores e grau de concentração.

Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de termos facultativos para determinadas circunstâncias.

A Seguradora trabalha basicamente com três grandes grupos de seguros: seguro de danos, seguro de responsabilidades e seguros financeiros. Dentro destes grupos temos:

- Seguros de riscos patrimoniais - Este seguro oferece cobertura básica para danos causados por incêndios, queda de raios e explosão causada por gás empregado no uso doméstico (quando não gerado nos locais segurados) e suas consequências tais como desmoronamento, impossibilidade de proteção ou remoção de salvados, despesas com combate ao fogo, salvamento e desentulho do local.
- Seguros de riscos de engenharia - Este seguro dá cobertura a vários riscos decorrentes de falha de Engenharia nas suas diversas etapas. Existem várias modalidades deste seguro, cada qual com explicitação dos riscos cobertos: Instalação e Montagem, Obras Cíveis em Construção, Quebra de Máquinas, etc.
- Seguros de responsabilidades - Os contratos de seguros de responsabilidades asseguram ao segurado uma compensação na ocorrência de prejuízos, podendo abranger inclusive seus empregados e clientes. Os principais riscos relacionam-se a dados corporais e materiais. O Seguro de responsabilidade inclui, entre outros, responsabilidade geral/pública e de produto, responsabilidade de conselheiros e diretores, responsabilidade por erros e omissões e responsabilidade por cancelamento de eventos;
- Seguros financeiros – inclui o Seguro Garantia, anteriormente denominado Seguro Garantia de Obrigações Contratuais (GOC). É um seguro utilizado por órgãos da administração direta e indireta (federais, estaduais e municipais), públicos e privados, que devem exigir garantias de manutenção de oferta (em caso de concorrência) e de fiel cumprimento dos contratos e também para as empresas privadas que, nas suas relações contratuais com terceiros (fornecedores, prestadores de serviços e empreiteiros de obras), desejam garantir-se contra o risco de descumprimento dos contratos.

O gerenciamento dos riscos destes seguros é administrado principalmente, pela precificação, seleção de riscos e resseguro. Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos. Os departamentos técnicos monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsáveis pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

O montante de sinistros a liquidar em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 24.237 (R\$ 21.115 em 2010) e refere-se ao ramo DPVAT (R\$ 20.727 em 2011 e R\$ 20.218 em 2010), sinistros em processos judiciais que estão sendo administrados em conjunto com advogados, remanescentes do antigo controlador (R\$ 935 em 2011 e R\$ 897 em 2010), e sinistros das operações atuais da Seguradora (R\$ 2.575 em 2011 e R\$0 em 2010).

b) Risco de Crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras. Além disso, a Seguradora possui seu próprio modelo de avaliação do risco de crédito com resseguradoras.

O objetivo do modelo interno de avaliação do risco de crédito com resseguradoras é avaliar a empresa sob uma perspectiva puramente financeira. Este modelo permite o uso de demonstrações encerradas da empresa para elaborar projeções de balanço, demonstração do resultado e fluxo de caixa, bem como um conjunto de indicadores econômicos e financeiros projetados. O modelo estabelece um rating de risco compilando todos os indicadores necessários para a avaliação da empresa sob a ótica do acordo de Basiléia II inclusive.

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

c) Risco Operacional

A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

A Seguradora possui um departamento para controles internos e processos, o qual é responsável pela identificação dos riscos e auxílio aos departamentos técnicos, responsável em conjunto pela formalização de processos, controles e sistemas de controles internos. Objetiva auxiliar na gestão dos negócios, promovendo visão gerencial de riscos, maior dinamismo e segurança nas operações de seguros através de uma política de “quatro olhos”, contribuindo para um melhor desempenho da Seguradora perante o mercado.

d) Riscos Financeiros

Os negócios de seguros do Grupo estão expostos a uma variedade de riscos financeiros, incluindo risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A natureza e o gerenciamento desses riscos estão descritos abaixo.

O quadro a seguir analisa os ativos mantidos pela Seguradora, em 31 de dezembro de 2011, por tipo de contrato, e proporciona uma visão panorâmica da exposição ao risco financeiro:

Aplicações financeiras	2011				2010			
	1 a 30 Dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Justo	Valor de custo	Valor Contábil
I. Ativos financeiros designados ao valor justo	31.016	291	117.137	67.379	215.823	215.823	215.055	263.761
Letras do Tesouro Nacional			115.017		115.017	115.017	114.198	72.727
Debêntures				12.138	12.138	12.138	12.113	37.059
Fundos de investimentos – abertos	43				43	43	43	130
Certificado de depósitos bancários - CDB								58.444
Certificado de recebíveis imobiliários – CRI				26.719	26.719	26.719	26.795	44.112
Fundo de Investimento em direito creditório –FIDC				8.094	8.094	8.094	8.094	8.990
Fundo de Investimento – DPVAT	30.973				30.973	30.973	30.973	21.722
Fundos exclusivos	-	291	2.120	20.428	22.839	22.839	22.839	20.577
Letras Financeiras do Tesouro		291		1.265	1.556	1.556	1.556	9.401
Letras do Tesouro Nacional			2.120	17.258	19.378	19.378	19.378	7.145
Debêntures				1.905	1.905	1.905	1.905	2.401
Fundo de Investimento e direito creditório- FIDC								967
Fundo de investimentos – abertos								663
Total	31.016	291	117.137	98.352	215.823	215.823	215.055	263.761

As subsidiárias de seguros estão expostas a riscos financeiros, como por exemplo, quando as receitas provenientes das vendas de seguros não são suficientes para financiar as obrigações decorrentes de contratos de seguros. Certas atividades relacionadas com seguros realizadas por subsidiárias do Grupo como corretagem de seguros, gerenciamento de seguros estão expostas a riscos financeiros, mas não de forma significativa, tendo em vista que a Seguradora mantém ativos financeiros acima de todos os limites mínimos estabelecidos pelo órgão regulador.

Os procedimentos de gestão de risco que refletem as condições locais de mercado e os requerimentos regulatórios são considerados pelas subsidiárias em adição as políticas aplicadas globalmente através do manual de instruções do Banco Fator.

A tabela demonstra que aproximadamente 62,99 por cento dos ativos financeiros foram investidos em títulos públicos em 31 de dezembro de 2011 (2010: 33,85 por cento).

Os ativos mantidos para suportar os passivos dos produtos de seguros representam 37,51 por cento do total de ativos financeiros da Seguradora em dezembro de 2011 (2010: 14,96 por cento).

Risco de Mercado

Produtos de seguros comercializados pelas subsidiárias do Grupo tipicamente incluem características ou combinações de características que podem não ser facilmente ou exatamente replicadas para os investimentos. O risco de mercado surge quando ocorrem descasamentos entre passivos e investimentos financeiros que os apóiam; por exemplo, descasamentos entre vencimentos e rendimentos de ativos e passivos originados pelo risco de taxa de juros.

Gerenciamento do risco de mercado

As entidades de seguros do Grupo gerenciam seus riscos de mercado utilizando as seguintes técnicas:

- A Seguradora com base nos seus passivos de curto prazo e reservas técnicas, concentra parte de seus investimentos em ativos de fácil liquidez no mercado.

- A Seguradora faz uso de contratos financeiros derivativos com o intuito de proteger suas posições ativas, basicamente LTN'S e CDB'S, de flutuações adversas nas taxas de mercado (Hedge);
- A Seguradora acompanha todos os investimentos identificados como de alto risco de mercado, gerenciando sua rentabilidade e variações de mercado.

O risco de mercado e liquidez associados à utilização de derivativos também é controlado pela Central de Riscos e “*Compliance*” do Banco Fator S.A., sendo um departamento autônomo que presta serviços internamente para todas as unidades de negócios das empresas do Banco Fator, calculando e gerenciando os riscos a que as mesmas possam estar sujeitas.

O controle de risco de mercado faz parte das atribuições da Central de Riscos e Compliance, assim como o risco operacional, de liquidez, de crédito e legal (este último controlado em conjunto com o departamento jurídico). As técnicas utilizadas para controle de risco de mercado são:

- “*Value at Risk (VaR)*” – procedimento estatístico que determina um intervalo de variação para o valor de “*portfólio*”, dada uma determinada confiança estatística e um intervalo de tempo.
- “*Stress Testing*” – procedimento que consiste em aplicar testes ao “*portfólio*”, oriundos de cenários pré-definidos (otimistas e pessimistas), recalculando-o em seguida, para observar o impacto advindo desses testes. Os testes podem ser obtidos de crises passadas, de comportamento possível, mas não provável futuro e de cenários já definidos pelos responsáveis pela “*Clearing*” de ativos da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e disponíveis ao mercado.
- “*Stop Loss*” – procedimento que exige a zeragem de posições deficitárias acumuladas a partir de determinado volume de perdas acumuladas em um intervalo de 21 dias úteis.

As operações dos instrumentos financeiros derivativos são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, na CETIP – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, na SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia e na CBLC – Central Brasileira de Liquidação e Custódia, instituições de “*Clearing*” de alta confiabilidade e renome no mercado brasileiro.

Risco de Liquidez

É característica inerente a quase todos os contratos de seguro que exista incerteza sobre os montantes dos passivos reclamados que possam surgir e o período de sua liquidação e isso leva ao risco de liquidez.

Existem três aspectos a serem considerados no risco de liquidez. O primeiro deles nasce em condições normais de mercado e refere-se ao risco de liquidez, especificamente, a capacidade de obter caixa suficiente para cumprir o pagamento das obrigações, quando necessário. Em segundo lugar, o risco de liquidez de mercado ocorre quando um ativo não pode ser liquidado pelo valor aproximado de mercado. Finalmente, há o risco de liquidez padrão, que se refere a capacidade de satisfazer as condições de pagamento em situações anormais.

As principais saídas de caixa decorrentes de passivos reclamados das subsidiárias de seguros do Grupo são das seguintes fontes:

- Entrada de caixa oriundos de prêmios de novos negócios, renovação de apólices e prêmios de produtos recorrentes;
- Entrada de caixa decorrente de juros e dividendos de investimentos e reembolso de principal no vencimento de títulos de dívidas;

- Recursos do caixa; e
- Entrada de caixa proveniente da venda de investimentos.

As subsidiárias de seguros do Grupo gerenciam o risco de liquidez utilizando-se das seguintes técnicas:

- Correspondendo as entradas de caixa com as expectativas de saídas de caixa, utilizando projeções específicas de fluxo de caixa ou mais genericamente combinando o vencimento de ativos e passivos;
- Mantendo recursos suficientes em caixa;
- Aplicando em investimentos com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos para o grau que se propõem; e
- Monitorando a concentração de investimentos.

Cada uma dessas técnicas contribui para mitigar os três tipos de risco de liquidez detalhados acima.

A Seguradora possui um comitê de investimentos que se reúne trimestralmente, com o objetivo de avaliação dos investimentos. O risco de liquidez é avaliado pelo comitê que através de atas de reuniões, determina a permanência ou o resgate de investimentos.

46. Reconciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as norma internacionais de contabilidade (IFRS)

A reconciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS) está apresentada abaixo.

a) Reconciliação das diferenças entre BR GAAP e IFRS em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Em milhares de Reais

	Nota	2011		2010	
		Patrimônio		Patrimônio	
		Resultado	Líquido	Resultado	Líquido
Saldos em BR GAAP		(13.900)	409.403	167.456	451.803
Impairment no resultado	b.v	102	(40)	(22)	(142)
Reclassificação de TVM	b.iii	(3.330)	-	-	-
Provisão complementar de prêmios	b.vii	295	-	-	(295)
Reclassificação de instrumentos financeiros	b.x	-	-	(174)	-
Reversão de baixa do ágio	b.viii	-	3.196	3.196	3.196
Deságio – Participação em controladas	b.xi	-	-	(10.745)	-
Taxa efetiva de juros	b.vi	136	(682)	(7)	(819)
Valor Justo de Ativos Financeiros	b.iv	-	211	-	186
Efeito de variação cambial	b.i	17	-	(15)	(17)
Resultado - Reclassificação do FIP	b.ix	6.315	6.315	-	-
Ajuste de impostos diferidos	b.ii	(1.415)	(3.600)	3.108	(843)
Saldos em IFRS		(11.780)	414.803	162.797	453.069

b) Sumário das principais diferenças entre BR GAAP e IFRS

b.i) Conversão de operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são convertidas na data de balanço pelas taxas de câmbio (PTAX) divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

De acordo com o IAS 21, as conversões de transações denominadas em moedas estrangeiras devem ser efetuadas pela taxa à vista da moeda. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio de fechamento em cada data base de preparação de demonstrações financeiras, sendo utilizada a cotação de “compra” para ativos e de “venda” para passivos.

b.ii) Efeito fiscal sobre os ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais.

Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos calculados sobre os ajustes de IFRS foram refletidos na reconciliação.

b.iii) Reclassificação de instrumentos financeiros

Em 2011, o Banco Fator, visando o aumento de liquidez preventiva, decidiu reclassificar uma posição de aplicações em Letras do Tesouro Nacional da categoria “mantidos até o vencimento” para a categoria “disponível para negociação”, obtendo um resultado de marcação a mercado de R\$3.330 no BRGAAP.

De acordo com o IAS 39, parágrafo 51, a reclassificação de ativos financeiros classificados como “mantidos até o vencimento” pode ser realizada apenas para a categoria “disponível para venda”. Em função disso, o resultado de R\$3.330 foi reclassificado, para fins de IFRS, para o patrimônio líquido.

b.iv) Investimentos avaliados pelo custo

O IFRS define que os investimentos onde haja influência significativa sejam contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Investimentos que não caracterizam influência significativa devem ser tratados como instrumentos financeiros e classificados de acordo com a IAS 39 (a valor justo contra o resultado ou disponíveis para venda).

Os títulos patrimoniais, que são da BMF Bovespa foram reclassificados para a categoria de ativos financeiros disponíveis para venda e posteriormente valorizados a valor de mercado conforme definido no IAS 39.

b.v) Impairment de ativos financeiros

Conforme requerimentos do IAS 39 foram avaliados os instrumentos financeiros quanto à existência de evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros esteja sujeito a perda no valor recuperável.

Quando identificado evidência objetiva de deterioração do ativo, foi mensurada a perda de valor recuperável do ativo como a diferença entre a quantia contabilizada do ativo considerando os critérios estabelecidos pela Resolução Bacen nº2682, que dispõe sobre critérios para constituição de provisão

para devedores duvidosos, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa de juros original do ativo financeiro.

b.vi) Taxa efetiva de Juros

De acordo com os pronunciamentos sobre instrumentos financeiros e receitas do IASB, a IAS 39 e a IAS 18, o método de custo amortizado, aplicado a uma parte dos instrumentos financeiros, conforme sua classificação, consiste em valor original, menos as amortizações do principal, mais juros calculados com base na taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é calculada com base no fluxo de caixa livre da operação, computando-se todos os custos e as receitas na origemação dos contratos, tais como:

- Comissões pagas a correspondentes bancários.
- Receitas de abertura de crédito e taxas diversas cobradas por ocasião da geração dos contratos.
- Custos operacionais diretamente relacionados a efetivação dos contratos, captações, documentação, pesquisas e análise para aprovação inicial de crédito.
- Comissões de estruturação provenientes de origemação de operações registradas no balanço do Banco.

Em outros termos, a taxa efetiva de juros (TEJ) é a taxa que efetivamente desconta o fluxo de caixa esperado na operação (pagamentos/recebimentos) ao montante inicial do ativo e/ou passivo financeiro, incluindo comissões pagas ou recebidas pelo banco e custos de origemação e captação (initial amount).

O Banco Fator possui ativos financeiros que para serem originados geraram pagamentos de comissões de estruturação. No BRGAAP essas comissões foram reconhecidas diretamente como despesa no resultado, mas no IFRS elas passaram a fazer parte do fluxo das operações originadas, alterando suas taxas efetivas e resultando no ajuste divulgado.

b.vii) Provisão Complementar de Prêmios

De acordo com os aspectos regulatórios da SUSEP, a Provisão Complementar de Prêmio – PCP é constituída com o objetivo de complementar a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, em acordo com a legislação vigente. A estimativa desta provisão é feita por ramo, tem como base de cálculo as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido. A Companhia apura o valor da provisão como a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês de constituição e a PPNG constituída.

Apesar de o IFRS 4 permitir a continuidade do uso de excesso de prudência na avaliação dos contratos de seguros na data de sua transição para IFRS, eventualmente existente em BR GAAP, de forma consistente, não é permitida segundo o IFRS, a constituição de provisões para possíveis sinistros oriundos de contratos que não estejam em vigência na data de encerramento de balanço ou provisões para equalização de riscos para contratos cujo risco já tenha sido expirado. Dessa forma, a referida provisão foi revertida para fins de IFRS.

b.viii) Reversão de baixa do ágio sobre a Fator Seguradora

O Banco realizou durante o exercício de 2010 (BRGAAP) a amortização total do ágio apurado sobre a aquisição de participação na Fator Seguradora S.A. devido a ter alcançado as o resultado futuro projetado quando da constituição do ágio.

De acordo com o pronunciamento IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ágio somente poderia ser baixado através de teste anual de recuperabilidade que demonstrasse que o valor contábil da unidade geradora de caixa ao qual está alocado o ágio fosse superior ao valor contábil. Dessa forma,

estornamos a baixa do ágio em IFRS apurando um resultado positivo de R\$ 3.196 mil em 2010 registrado na rubrica “ Outras receitas (despesas) operacionais”.

b.ix) Resultado – Reclassificação do FIP (Fundo de Investimento em Participações)

O Banco Fator possui registrado em suas demonstrações financeiras em BRGAAP uma aplicação em cotas de um fundo de investimento em participações (FIP). Através de operações de opções de compra (possuídas pelo vendedor da participação atualmente registrada no FIP) e opções de venda (possuídas pelo FIP), é praticamente certo que a participação registrada no FIP será recomprada pelo vendedor dessa participação.

Levando em consideração a essência da operação descrita acima, a mesma caracteriza-se como um empréstimo ao vendedor da participação. Assim, foi realizada a reclassificação do investimento em cotas do fundo de participação para a rubrica “empréstimos e adiantamentos a clientes”. A operação registrada no BRGAAP pelo custo, passou a ser reconhecida no IFRS pelo custo amortizado, gerando no resultado (rubrica “receitas com juros e similares”) um ajuste de R\$ 6.315 mil que corresponde à apropriação dos juros pelo regime de competência. O valor presente da operação corresponde ao valor presente do preço de exercício das opções de compra ou de venda (valor que o Banco Fator receberá no exercício das opções).

b.x) Classificação de Instrumentos Financeiros - Operação com derivativos (Box)

O Banco realizou operação de Box, onde diversos instrumentos financeiros derivativos foram utilizados com o objetivo de emular as características de um único instrumento financeiro (instrumento sintético). Conforme definido pelo parágrafo 42 do IAS 32 os ativos e passivos financeiros com as características descritas acima não poderão ter seus resultados compensados e seu valor líquido apresentado na demonstração financeira.

Dessa forma, o resultado individual de cada operação foi apurado e o valor do ativo reclassificado do grupo de instrumentos de dívida para o grupo de derivativos.

b.xi) Deságio – Participação em controladas

Conforme definido no parágrafo 34 do IFRS 3, um deságio é considerado como um ganho obtido em uma compra vantajosa e deve ser reconhecido diretamente como receita no resultado.

Dessa forma, foi realizada a baixa do deságio referente a compra da seguradora registrado no ativo contra o patrimônio líquido do balanço consolidado.